



Guia de ferramentas de responsabilização social

Como integrar a advocacia
no processo de Transformação
de Igrejas e Comunidades (TIC)

tearfund

Qual é a finalidade deste guia?

Este é um recurso completo que reúne ferramentas de responsabilização social para integrar a advocacia no processo de Transformação de Igrejas e Comunidades.

A quem se destina?

Estas ferramentas podem ser usadas por facilitadores, líderes da igreja e defensores de causas envolvidos na Transformação de Igrejas e Comunidades, para promover melhor governança e transparência e uma prestação de serviços mais adequada por parte dos órgãos dirigentes. Para cada ferramenta, é dada orientação para como pô-la em prática e adaptar os modelos fornecidos a um contexto específico.

Autoras

Chalwe Mumba Nyirenda e Kathleen Needham

Índice

Introdução	4
O que é a responsabilização social?	7
A base bíblica da responsabilização social	9
Principais objectivos das ferramentas de responsabilização social	13
Como usar estas ferramentas	15
Ferramenta de processo de planeamento participativo	20
Ferramenta de acompanhamento de orçamentos	46
Ferramenta de jornalismo-cidadão	73
Ferramenta de fichas de pontuação da comunidade	91
Ferramenta de sondagens de acompanhamento de despesas públicas	118
Ferramenta de auditoria social	140
Anexo	163
Referências	165

Introdução

A Tearfund acredita que as igrejas locais – independentemente do ponto do mundo em que se encontrem – iniciam um caminho para toda a vida quando decidem abraçar e dedicar-se a uma teologia daquilo a que chamamos a «missão integral». Este caminho empodera-as, muda mentalidades e gera uma transformação integral tanto na igreja como na comunidade.

É um caminho que tem como objectivo último a restauração de relacionamentos quebrados. A igreja procura alcançar mudanças em todas as áreas da vida e responde de modo abrangente às necessidades da sua comunidade local. A erradicação da pobreza na comunidade é abordada de maneira integral e a partir de dentro, à medida que as pessoas se dão conta do seu potencial e reconhecem os recursos que Deus lhes deu. A meta a que este caminho leva é aquilo a que chamamos a Transformação de Igrejas e Comunidades (TIC).¹

Estamos convencidos de que integrar a advocacia na Transformação de Igrejas e Comunidades reforça os resultados obtidos e, em última análise, contribui para a visão de mudanças em todas as áreas da vida. Esta abordagem usa estratégias e acções de advocacia que levam a uma boa governança e à prestação de serviços adequada e transparente por parte dos governos². A advocacia para a Transformação de

¹ [An introduction to church and community transformation \(CCT\) - Tearfund Aprendizagem](#)

² Lawson and Watson (2016)

Igrejas e Comunidades usa ferramentas de responsabilização social.

Este Guia de ferramentas de responsabilização social pretende ser um recurso completo que explica ferramentas úteis de responsabilização social e destina-se a ser usado principalmente por facilitadores de advocacia TIC (pessoal da Tearfund, líderes da igreja, formadores e facilitadores) para integrar a advocacia no seu trabalho de Transformação de Igrejas e Comunidades. Está também disponível para uma utilização mais ampla por todos os colegas de advocacia empenhados em desenvolver a capacidade das comunidades para liderarem o seu próprio trabalho de advocacia a nível local.

Quando o utilizar, gostaríamos que nos dissesse o que aprendeu. Contacte-nos se necessitar de apoio. Envie um email para publications@tearfund.org.



Para obter os melhores resultados deste recurso, use-o juntamente com:

- o [Kit de ferramentas de *advocacy*](#) da Tearfund
- [Recurso «*Advocacy* na era digital»](#)
- [Guia «Como realizar a defesa e promoção de direitos como parte da mobilização da igreja e da comunidade»](#)

Cada um destes recursos também está disponível em francês, inglês e espanhol.

O que é a responsabilização social?

A responsabilização social é definida como «a medida em que os cidadãos têm a capacidade de pedir contas ao Estado e aos prestadores de serviços e fazer com que respondam às necessidades dos cidadãos e beneficiários».³

Os cidadãos, as comunidades, as igrejas, a comunicação social independente e outras organizações podem, portanto, usar ferramentas de responsabilização social para influenciar a qualidade da prestação de serviços, responsabilizando prestadores de serviços como autoridades e funcionários públicos pelos seus actos. As abordagens de responsabilização social podem ser aplicadas a nível local e nacional e podem ter como alvo diversas questões e processos de governança, incluindo:

- a partilha de informação com o público, a formulação e o planeamento de políticas
- a análise e o acompanhamento de orçamentos públicos, despesas e processos de adjudicação

³ Grandvoinet, H. et al.(2015). Opening the black box: The contextual drivers of social accountability

- a monitorização participativa e a avaliação da prestação de serviços públicos
- funções de supervisão mais amplas, medidas anticorrupção e procedimentos de tratamento de queixas

O objectivo da responsabilização social não é substituir, mas sim reforçar e complementar os processos de responsabilização já existentes.

A base bíblica da responsabilização social



📷 **Estudo bíblico em grupo.** Foto: Aaron Koch/Tearfund

Servimos um Deus de justiça. Como Cristãos, é-nos pedido que «pratiquemos a justiça» (Miquéias 6:8). As notas explicativas da Bíblia de estudo ESV, publicado pela Crossway, dizem:

«Aqueles que adoram verdadeiramente a Deus darão mostras de justiça e rectidão. A justiça é muito mais do que a igualdade perante a lei; diz respeito a todo o âmbito de como Deus governa o seu mundo. Por isso, praticar a justiça envolve, da parte do governo, usar o poder de forma justa e correcta e o funcionamento correcto de um sistema judicial justo, especialmente para proteger os

fracos dos fortes. Da parte dos indivíduos, a «justiça» envolve transacções honestas e justas e lealdade no cumprimento da palavra dada, assim como não se aproveitar indevidamente dos pobres e de quem tem menos poder ou protecção.»⁴

Praticar a justiça requer também, portanto, a responsabilização; ou seja, exige que as pessoas sejam responsáveis por cumprirem os seus deveres e as suas obrigações para com os outros. Podemos encontrar uma narrativa bíblica sobre a responsabilização em Esdras 8:28-34. Um estudo bíblico na revista Passo a Passo da Tearfund⁵ descreve três principais áreas de responsabilização conforme demonstrada pelos 12 homens nesta passagem:

- responsabilização perante Deus
- responsabilização perante si próprio
- responsabilização perante outros

Acentua que «A prestação de contas bíblica começa ao assumirmos a responsabilidade pelas nossas próprias ações e ao decidirmos conscientemente pedir a ajuda de Deus e dos outros para cumprirmos o que é certo.»⁶ A advocacia promove a responsabilização mútua entre o indivíduo e outras entidades, como o governo.

⁴ [Artigo Crossway](#)

⁵ Prestação de contas - Passo a Passo 76 (2008) –

<https://learn.tearfund.org/pt-pt/resources/footsteps/footsteps-71-80/footsteps-76>

⁶ David (2008) p11

O *Kit de ferramentas de advocacy*⁷ da Tearfund explica que, para os Cristãos, a advocacia é a realização prática da obediência a Deus, um desejo de compaixão e justiça para com outras pessoas (especialmente as pessoas em situação pobreza, marginalização ou vulnerabilidade) e é uma forma de indicar às pessoas o caminho para Jesus Cristo. Deus colocou os Cristãos em muitas e diferentes áreas de trabalho e da sociedade, e todas elas necessitam de ser influenciadas e transformadas, para que a pobreza possa ser aliviada. Os Cristãos necessitam de usar a sua influência estratégica seguindo o exemplo da Bíblia:

- Falando contra a injustiça e a idolatria
- Exemplificando uma sociedade alternativa, mostrando como Deus queria a sociedade
- Confrontando a autoridade quando ela vai contra aquilo que a Bíblia ensina
- Orando a Deus para que intervenha
- Trazendo a paz e a reconciliação
- Buscando a justiça social e económica

As ferramentas de responsabilização social ajudam as igrejas locais a atingir estas metas, trabalhando juntamente com as suas comunidades.

⁷ Consultar O «*porquê*» do *advocacy*: O embasamento bíblico, no [Kit de ferramentas de advocacy](#) da Tearfund, secção B3, para mais informação.



Algumas referências das Escrituras

- **Provérbios 31:8-9 (ARC)**

«Abre a tua boca a favor do mudo, pelo direito de todos os que se acham em desolação. Abre a tua boca, julga rectamente e faze justiça aos pobres e aos necessitados.»

- **Jeremias 22:3 (ARC)**

«Assim diz o SENHOR: Exercei o juízo e a justiça e livrai o espoliado da mão do opressor; e não oprimeis ao estrangeiro, nem ao órfão, nem à viúva; não façais violência, nem derrameis sangue inocente neste lugar.»

- **Deuteronómio 25:13-16 (ARC)**

«Na tua bolsa não terás diversos pesos, um grande e um pequeno. Na tua casa não terás duas sortes de efa, um grande e um pequeno. Peso inteiro e justo terás, efa inteiro e justo terás, para que se prolonguem os teus dias na terra que te dará o Senhor, teu Deus. Porque abominação é ao Senhor, teu Deus, todo aquele que faz isso, todo aquele que faz injustiça.»

- **Salmos 82:3 (ARC)**

«Defendei o pobre e o órfão; fazei justiça ao aflito e necessitado.»

Principais objectivos das ferramentas de responsabilização social

O *Manual on Social Accountability*⁸ de Kohli faz um bom resumo dos principais objectivos das ferramentas de responsabilização social:

1. Permitir o envolvimento directo dos cidadãos com as instituições do Estado – para influenciar as políticas e monitorizar os processos.
2. Ser uma maneira eficaz de recolher, analisar e transmitir informação.
3. Dar oportunidades para mobilizar o apoio do público para projectos de desenvolvimento comunitário.
4. Facilitar a advocacia e a negociação para conseguir mudanças ou melhoramentos na prestação de serviços.
5. Ajudar os cidadãos e as comunidades a compreender os processos de responsabilização nos diferentes níveis de governo.
6. Aumentar a participação dos cidadãos ou das organizações da sociedade civil nos processos de responsabilização «interna» do governo.

⁸ Kohli (2012)

Factores a ter em mente para a utilização bem sucedida e eficaz das ferramentas de responsabilização social:

1. Ter uma boa compreensão do contexto social e político.
2. Dedicar tempo a compreender a estrutura das finanças públicas aos níveis local, regional e nacional.
3. Seguir a abordagem TIC de identificar e dar prioridade às necessidades de modo a assegurar uma resposta sensível às pessoas da comunidade.
4. Ajudar a comunidade a identificar um grupo (chamado o grupo dos promotores da responsabilização social» nalguns contextos) para liderar o processo.
5. Assegurar que os outros membros da comunidade compreendem o processo e dão regularmente a sua opinião e comentários para garantir uma participação máxima.
6. Assegurar desde o início o empenhamento dos prestadores de serviços.
7. Formular um plano para coordenar o acompanhamento do processo.



Como usar estas ferramentas

1. Deve acentuar a importância da advocacia e a base em que se fundamenta em todas as fases do processo de Transformação de Igrejas e Comunidades. O manual de advocacia para a mobilização de igrejas e comunidades (MIC) dá orientação clara sobre como isto deve ser feito, p. ex. onde centrar os seus esforços ao transmitir a visão aos líderes para os ajudar a fazer a advocacia no quadro do processo TIC.
2. São usados processos TIC diferentes em contextos diferentes, por isso, certifique-se de que compreende bem a abordagem TIC usada na comunidade onde vai utilizar a ferramenta escolhida.
3. Necessita de usar estas ferramentas na fase certa do processo; as ferramentas apresentadas neste guia são, na sua maioria, ideais para utilização na fase em que foi feito o mapeamento dos recursos. Juntos, a igreja e a comunidade terão realizado a sua avaliação das necessidades, identificado os problemas e as oportunidades nas suas comunidades, terão dado prioridade aos problemas em que desejam centrar-se e terão começado a mobilizar recursos para tratar desses problemas. Pode então usar a ferramenta de responsabilização social apropriada para os ajudar a aceder a recursos do governo para tratar das preocupações que têm.

4. Este guia foi concebido num formato simples e fácil de usar. Contudo, aconselhamos a que utilize os *links* para recursos na secção «Mais orientação» de cada uma das ferramentas, para aprofundar o seu entendimento da ferramenta e respectiva utilização.
5. Cada uma destas ferramentas tem um modelo que pode ser adaptado de acordo com as necessidades do contexto ou da situação. Este guia ajudará a pensar naquilo que deve incluir ao usar cada uma das ferramentas.
6. Há um exemplo do modelo relevante no fim da apresentação de cada ferramenta. Há também um *link* para aceder à versão do modelo que pode ser adaptada. Pode descarregar essa versão e adaptá-la de acordo com o contexto específico.



Utilização das ferramentas de responsabilização social digitais

Todas estas ferramentas podem ser impressas ou mantidas no formato digital para facilitar o acesso ao usar plataformas digitais diferentes.

Utilização das ferramentas no ciclo dos projectos de desenvolvimento de um governo

Há três fases principais no ciclo dos projectos de desenvolvimento de um governo.



As ferramentas de responsabilização social são extremamente eficazes quando:

- Passam a estar estabelecidas e associadas às várias estruturas de governança envolvidas na prestação dos serviços.⁹
- São implementadas na fase correcta do ciclo dos projectos de desenvolvimento de um governo.

⁹ Kohli (2012)

A maioria das ferramentas de responsabilização social centra-se nas duas primeiras fases, porque são a base para a obtenção de resultados positivos. O planeamento que não dá prioridade às coisas certas não irá dar resultados correctos e o mesmo acontece com a má implementação de um óptimo plano. O [CIVICUS Participatory Governance Toolkit](#) é muito útil para uma leitura mais aprofundada.

São a seguir apresentadas as fases típicas de um ciclo dos projectos de desenvolvimento de um governo, juntamente com algumas das ferramentas de responsabilização social que podem ser usadas em cada fase e que se encontram neste guia.

Fases do ciclo dos projectos de desenvolvimento de um governo	1.ª fase: Monitorizar e influenciar o planeamento estratégico e a elaboração do orçamento	2.ª fase: Monitorizar a implementação de projectos e programas	3.ª fase: Monitorizar os resultados de desenvolvimento
Principal pergunta a que é preciso responder	Os planos elaborados e os fundos atribuídos são adequados para obter os objectivos definidos?	Os projectos/as actividades estão a ser realizados de acordo com a qualidade, o plano e o orçamento desejados?	Os projectos e as actividades implementados estão a ajudar-nos a atingir os objectivos/resultados desejados?
Ferramentas de responsabilização social a serem usadas, disponíveis neste guia	<u>Processo de planeamento participativo</u>	<u>Acompanhamento de orçamentos</u>	<u>Acompanhamento de orçamentos</u>
	<u>Acompanhamento de orçamentos</u>	<u>Jornalismo-cidadão</u>	<u>Jornalismo-cidadão</u>
	<u>Jornalismo-cidadão</u>	<u>Fichas de pontuação da comunidade</u>	<u>Fichas de pontuação da comunidade</u>
	<u>Fichas de pontuação da comunidade</u>	<u>Sondagens de acompanhamento de despesas públicas</u>	<u>Auditoria social</u>
		<u>Auditoria social</u>	

Consultar o [Anexo](#) para uma tabela das principais fases de um ciclo genérico dos projectos de desenvolvimento de um governo



Ferramenta de processo de planeamento participativo



📷 **Membros do comité de planeamento da aldeia Simayiwa 1 fazem uma reunião com os membros da aldeia para explicar os seus planos de desenvolvimento futuro. Foto: Alex Baker/Tearfund**

Nesta secção

[Acerca desta ferramenta](#) • [Usar e adaptar a ferramenta](#) • [Mais orientação](#) • [Modelo exemplificativo](#) • [Modelo editável](#)

Acerca desta ferramenta

O planeamento participativo é um processo através do qual os cidadãos demonstram a sua influência e controlo de iniciativas de desenvolvimento que os afectam. Fazem-no desempenhando um papel activo no processo de definição de prioridades, atribuição de recursos e monitorização de como as iniciativas de desenvolvimento são implementadas.¹⁰

O planeamento participativo permite a várias partes interessadas – cidadãos, organizações locais baseadas na comunidade, igrejas locais, organizações da sociedade civil, funcionários governamentais, etc. – tomar parte na identificação e definição de prioridades para projectos de desenvolvimento que usam fundos públicos.¹¹

O termo «participação» pode ser usado para vários processos, como a partilha de informação, a consulta ou o planeamento colaborativo. Procuramos aqui o planeamento colaborativo, porque ele incentiva o envolvimento directo das comunidades no planeamento da governança local. Envolve a comunidade na tomada de decisões sobre a priorização dos problemas, a descoberta de soluções, a implementação de medidas e a monitorização e avaliação dessas medidas. Inclui também a mobilização e gestão dos recursos.¹²

¹⁰ Banco Mundial (1996) pág. xi

¹¹ Oduor (2014)

¹² Institute of Development Studies (2002)

É mais sustentável, visto que pode levar à criação de estruturas como:

- a representação das partes interessadas nos organismos responsáveis pela tomada de decisões
- comités de planeamento local
- elaboração participativa de orçamentos
- programas de financiamento de projectos de desenvolvimento geridos pela comunidade¹³

Finalidade da ferramenta

Esta ferramenta tem como objectivo apoiar os esforços de igrejas e comunidades locais para:

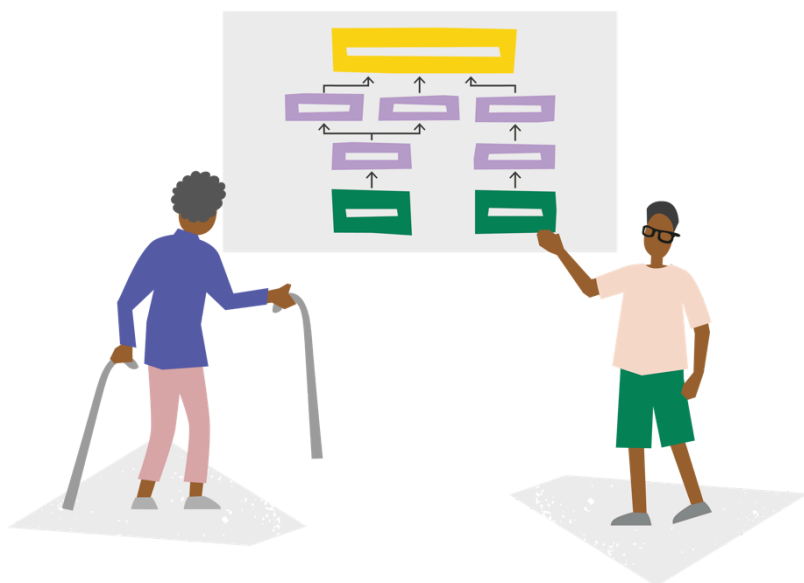
- Assegurar que os conhecimentos e a sabedoria locais são incorporados nos planos e iniciativas de desenvolvimento do governo
- Assegurar que as comunidades participam activamente na tomada de decisões de desenvolvimento que as poderão afectar
- Assegurar que as intervenções de desenvolvimento são apropriadas para as necessidades e preferências das comunidades que se pretende venham a beneficiar delas.¹⁴

¹³ CIVICUS: Participatory Development Planning

¹⁴ CIVICUS: Participatory Development Planning

Para obter os melhores resultados desta ferramenta, deve usá-la juntamente com outras ferramentas complementares, como as fichas de pontuação da comunidade e as auditorias sociais. Isto para assegurar que as comunidades têm informação baseada em evidências – obtidas utilizando as fichas de pontuação da comunidade – para partilhar quando participam em conversas de planeamento, e têm um meio objectivo - a auditoria social - para acompanhar a implementação dos planos acordados.

Esta ferramenta é ideal para utilização a nível local, quando a participação da comunidade no planeamento é desejada. Pode, no entanto, ser adaptada para utilização aos níveis regional e nacional.



Pontos fortes e limitações da ferramenta

Pontos fortes:

- Amplifica as vozes dos cidadãos. Os cidadãos são bem informados sobre os planos de desenvolvimento através do seu envolvimento nos processos de planeamento do governo. Têm oportunidades de participar na identificação das necessidades de desenvolvimento e na tomada de decisões sobre quais as políticas e os programas do seu governo local a que deve ser dada prioridade.
- Abre novos espaços cívicos em que os cidadãos podem exigir e obter desempenho, transparência e responsabilização dos seus governos locais. Os cidadãos devem ser envolvidos não só na implementação dos planos, mas também na monitorização e avaliação do desempenho dos seus governos locais.¹⁵
- Cria um sentimento de propriedade da comunidade relativamente aos planos do governo local, o que, por sua vez, abre o acesso a recursos comunitários, por exemplo os recursos identificados durante os processos de Mobilização de Igrejas e Comunidades.¹⁶
- Ajuda a transferir a dinâmica entre os diferentes tipos de poder, as partes interessadas e os recursos, permitindo assim que os diversos participantes interajam de modo equitativo e em genuína colaboração.

¹⁵ Institute of Development Studies (2002)

¹⁶ Institute of Development Studies (2002)

Limitações:

- Pode não levar directamente ao envolvimento da comunidade na implementação concreta, monitorização ou avaliação das acções. Mesmo que existam enquadramentos jurídicos favoráveis, poderá não haver o ambiente certo para este envolvimento. Por exemplo, poderá não existir uma cultura que incentive a interacção entre os cidadãos e o governo, ou uma comunidade informada e empenhada, ou apoio político.¹⁷
- O processo pode ser dominado por grupos com privilégios específicos na comunidade ou por outras pessoas e organizações poderosas que procurem promover os seus próprios interesses, manipulando o processo.¹⁸
- São necessários tempo e recursos para incluir diferentes partes interessadas com interesses diversos.
- A ferramenta aumenta as expectativas. Pedir o contributo de múltiplas partes interessadas para o processo de elaboração e planeamento de políticas irá provavelmente aumentar as respectivas expectativas de que as suas opiniões sejam tidas em conta; isto nem sempre é possível e estas limitações necessitam de ser claramente explicadas desde o início.

¹⁷ Institute of Development Studies (2002)

¹⁸ CIVICUS: Participatory Governance Toolkit

Usar e adaptar a ferramenta

Em que fase do processo TIC pode esta ferramenta ser usada?

São usados processos TIC diferentes em contextos diferentes. No entanto, uma característica comum a todos os processos TIC é o facto de todos eles usarem o método participativo, pelo que todos eles estão bem preparados para incorporar o planeamento participativo. Esta ferramenta é ideal para usar na altura em que as comunidades, juntamente com a igreja, já realizaram a sua avaliação das necessidades, identificaram os problemas, as oportunidades e os recursos existentes nas suas comunidades e começaram a mobilizar recursos para tratar desses problemas. A comunidade já está a viver uma mudança na sua mentalidade e reconhece que tem capacidade para agir. Está numa boa posição para informar as prioridades que vão ser definidas nos planos do governo local, assim como para salvaguardar os interesses da comunidade e até mesmo participar nos esforços de mobilização de recursos que apoiem os planos locais.

Se um dos recursos identificados for o financiamento do governo local, a participação no processo de planeamento do governo local aumentará a probabilidade de que as prioridades da comunidade sejam reflectidas nesses planos e na atribuição de recursos.

São dados a seguir exemplos de algumas abordagens TIC e sugestões das fases em que a ferramenta poderá ser usada.

Abordagem TIC	Processo de Mobilização de Igrejas e Comunidades	Umoja/Parivartan/Unidos	Sangsangai
Quando pode ser introduzido o planeamento participativo	<p>4.ª fase: Análise de informações</p> <p>5.ª fase: Tomada de decisões</p>	<p>3.ª fase: Descrever desejos e tomar medidas (planear a acção)</p> <p>4.ª fase: Tomar medidas</p>	<p>3.º ciclo: A comunidade</p>

A igreja e a comunidade podem desenvolver as suas competências de planeamento participativo usando o processo a seguir descrito.

Utilização da ferramenta

Pode [ver o modelo](#) para esta ferramenta no fim deste guia.

Para descarregar um modelo funcional que poderá adaptar ao seu contexto, visite learn.tearfund.org/sa-tools



Lembre-se de que a abordagem TIC é, por natureza, participativa e muito do trabalho descrito na ferramenta de planeamento participativo já terá sido feito pela igreja e a comunidade, se já tiverem completado a 3.ª e 4.ª fases do processo TIC.

O exercício seguinte será feito especificamente para questões que necessitem de ser tratadas com apoio ou intervenção do governo. O enfoque será posto em criar um plano para como contribuir para o processo de planeamento governamental de modo a assegurar que as questões prioritárias para a comunidade são reflectidas nos planos do governo. São a seguir apresentadas as principais etapas a seguir no processo de planeamento participativo. Pode ver um exemplo do modelo no fim do guia da ferramenta.

1. Hierarquização verbal de problemas e oportunidades

Isto é equivalente às 3.ª e 4.ª fases de muitos processos TIC, em que é feita uma avaliação de problemas e recursos para obter consenso entre as partes interessadas da comunidade sobre aquilo a que deverá ser dada prioridade e quais as oportunidades que existem.

2. Plano de acção da comunidade

Isto é semelhante às fases de planeamento e tomada de decisões nas abordagens TIC. Nesta fase, a comunidade deve ter de algum modo claro o seguinte:

- Que actividades irão tratar das questões identificadas
- Onde serão realizadas
- Por que razão devem ser realizadas
- Estimativa do número de beneficiários
- O que deve ser feito pela comunidade
- O que deve ser feito pelas instituições relevantes, p. ex. o governo

3. Mapeamento das oportunidades existentes

Procure oportunidades em que as questões identificadas possam ser incorporadas nos planos e orçamentos do governo.

Necessitará de:

a. Fazer uma investigação de base

Ver que leis e políticas existem no seu país relativas à participação dos cidadãos nos processos de planeamento do governo.

b. Estabelecer relações

É muito importante tentar estabelecer relações com pessoas no departamento governamental ou na autoridade local relevante, assim como com os líderes da comunidade.

c. Chegar a acordo sobre as questões que necessitam de ser incluídas no plano e orçamento do governo

Isto baseia-se nas prioridades e recursos identificados durante o exercício TIC de identificação e priorização de problemas. Nem todas as questões serão incorporadas no plano do governo; algumas delas serão tratadas pela comunidade, usando os seus próprios recursos em conformidade com os princípios TIC.

d. Recolher as informações de que necessita

Tente obter as directrizes da autoridade local referentes ao planeamento e à participação da comunidade, para ver se existe um enquadramento jurídico que apoie a participação dos cidadãos e para compreender quais as

plataformas de planeamento do governo existentes (incluindo as datas mais importantes do processo de planeamento). Quando receber todos os documentos, leia-os com atenção. Não se preocupe se tiver dúvidas sobre coisas que não compreende – pode pedir esclarecimentos às pessoas do gabinete ou autoridade que lhe deu a informação.

e. Desenvolver uma estratégia

Dependendo das respostas dadas na ferramenta de planeamento participativo, chegarão a acordo sobre como colaborar com o processo de planeamento do governo para assegurar que as prioridades da comunidade constam dos planos e orçamentos finais do governo. Isto incluirá chegar a acordo sobre quem deverá fazer o quê.



Impacto da ferramenta Estudo de caso

Leia *online*

[Advocacy no Nepal: Treinamento de comunidades para trabalhar com o governo local](#)

No Nepal, o governo nacional criou uma lei que deu às comunidades um meio de participarem significativamente no trabalho de desenvolvimento, através do processo de planeamento participativo (PPP). A lei estipulava que quando os governos locais atribuíssem financiamento para trabalho de desenvolvimento, teriam de ser consideradas propostas dos comités de desenvolvimento das aldeias. Contudo, na realidade, as decisões eram frequentemente deixadas ao critério de uns poucos líderes e políticos influentes. Frequentemente, isto não incluía as necessidades e as opiniões das comunidades.

Para inverter esta tendência, a United Mission to Nepal (UMN), mobilizou pessoas de comités de desenvolvimento de aldeias seleccionados para ajudar a aumentar a sua participação neste desenvolvimento comunitário e deu-lhes formação sobre como aceder a fundos do governo local. A nível da comunidade, a UMN encorajou também os facilitadores locais a visitarem todos os agregados familiares e convidá-los a ir à reunião inicial.

Os facilitadores tinham uma relação de longa data com as suas comunidades e conheciam bem o contexto local.

Isto significou que estavam em boa posição para encorajar famílias pobres e pertencentes a castas mais baixas, bem como outros grupos marginalizados, que de outro modo não teriam sido incluídos, a participar e ir à reunião.

Nas reuniões, as comunidades ficaram a saber que os fundos dos comités de desenvolvimento das aldeias lhes pertenciam e que tinham o direito de dar a sua opinião sobre como esses fundos eram atribuídos. A UMN deu-lhes formação sobre o processo e as áreas prioritárias do governo, e como as propostas eram elaboradas. Encorajou as comunidades a identificar e priorizar problemas e a discutir possíveis soluções. Ajudou-as também a considerar e encontrar outros recursos locais e a aceder a competências técnicas quando necessário. Os representantes locais levaram as propostas das comunidades aos comités de desenvolvimento das aldeias.

Em resultado deste envolvimento no processo de tomada de decisões do governo local, foram desbloqueados fundos para pagar projectos comunitários. Entre estes projectos estiveram a formação em costura para mulheres sozinhas, materiais para centros de educação pré-escolar, a manutenção de canais de irrigação, a construção de sanitários, um novo edifício para a igreja e uma cerca para um cemitério.

Mais orientação

Ao planear ajudar uma igreja e uma comunidade específicas a usar esta ferramenta, necessitará de fazer algum trabalho de preparação para obter uma compreensão básica dos ciclos de planeamento locais e nacionais do país, de modo a reforçar os seus conhecimentos sobre o assunto. Necessitará depois de investigar junto da comunidade para obter uma compreensão mais detalhada dos processos de planeamento na área local.

Questões importantes que precisarão de resposta:

- Há alguma lei que apoie o planeamento participativo?
- Quando começa e termina o ano fiscal?
- Como é feito o planeamento anual no país a nível local e nacional?
- Que plataformas existem para dar opinião sobre os planos locais ou nacionais?
- Quem lidera o processo de planeamento?
- Quais são as datas mais importantes, p. ex. as datas de início e fim dos períodos de consulta?

Links para mais documentos e ferramentas sobre planejamento participativo



- a. **[Advocacy no Nepal: Participação comunitária no planejamento governamental](#)**
- b. **[2.1.4 Participatory planning methods and tools used](#)**
- c. **[Participatory Development Planning](#)**

Glossário de termos

Ano fiscal: Um período de doze meses (nem sempre de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro) para o qual um governo ou uma empresa elabora planos para gerir o seu dinheiro.

Desenvolvimento gerido pela comunidade: Um processo em que membros da comunidade se juntam para, colectivamente, tomar medidas e gerar soluções para problemas comuns.

Governo: Os gabinetes, departamentos e grupos de pessoas que controlam um país, um Estado, uma cidade ou outra unidade política.

Orçamento: Uma estimativa de rendimentos e despesas para um determinado período de tempo.

Plano: Um conjunto de decisões sobre como fazer alguma coisa no futuro.

Política pública: Entende-se por política pública um plano de acção, autorizado por um governo, destinado a atingir determinados objectivos. Isto pode assumir muitas formas. Pode, por exemplo, ser uma lei, uma estratégia ou um programa. Até mesmo um discurso proferido por um presidente ou um ministro pode definir um plano de acção de um governo.

Modelo exemplificativo

Modelo do processo de planeamento participativo

País	Data
Nome administrativo da área abrangida	
Nome da comunidade/aldeia	
Projectos/serviços públicos a serem incorporados no plano do governo:	
1.	
2.	
3.	

Principais temas	Respostas
<p>1. Foi feita a hierarquização de problemas e oportunidades?</p> <p>Esta lista de problemas e oportunidades deve estar disponível se a comunidade tiver feito o seguinte no processo TIC: recolha e análise de informações; descrição de desejos; planeamento ou implementação de medidas.</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>Comentários e detalhes</p>	
<p>2. Foi feito o mapeamento das oportunidades existentes para as comunidades participarem nos processos de planeamento do governo?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>Comentários e detalhes</p>	

Principais temas	Respostas
<p>2.1. Existe um enquadramento jurídico que apoie a participação dos cidadãos no processo de planeamento?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Sim – Partilha de informações</p> <p><input type="checkbox"/> Sim – Consulta da comunidade</p> <p><input type="checkbox"/> Sim – Planeamento colaborativo</p> <p><input type="checkbox"/> Sim – Outro caso</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p>(Se a resposta é NÃO, passar à pergunta 2.2)</p>
<p>Comentários e detalhes</p>	
<p></p>	

Principais temas

2.1.1. Que plataformas governamentais de planeamento existem para o nível de governança que lhe interessa?

Em quais dessas plataformas seria preferível participarem, para que os problemas a que deram prioridade possam ser incorporados nos planos do governo?

Comentários e detalhes

2.1.2. Quais são as datas mais importantes para o processo de planeamento do governo?

- Em que meses do ano começa o processo de planeamento?
- Quando começam e terminam as consultas?
- Quando estará pronto o plano e orçamento final do governo?

Comentários e detalhes

Principais temas	Respostas
<p>2.1.3. Em que formatos recebe o governo os pedidos das comunidades?</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A sua informação (do processo TIC) encontra-se no formato exigido? ● Quem foi seleccionado(a) para apresentar os pedidos em nome da comunidade? 	<p><input type="checkbox"/> Pedidos por escrito</p> <p><input type="checkbox"/> Reuniões de consulta da comunidade</p> <p><input type="checkbox"/> Workshops de planeamento</p>
<p>Comentários e detalhes</p>	
<p>2.1.4. Há outras oportunidades específicas para a participação da comunidade?</p> <p>Por exemplo, uma determinada percentagem dos fundos de desenvolvimento está especificamente destinada a projectos escolhidos pelas comunidades?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>Comentários e detalhes</p>	

Principais temas	Respostas
<p>2.2. Se não existe um enquadramento jurídico que apoie a participação dos cidadãos no processo de planeamento:</p> <p>2.2.1. Há oportunidades para desenvolver/reforçar relações com os responsáveis relevantes identificados durante a análise institucional realizada na abordagem TIC e partilhar as prioridades da comunidade com eles no início do processo de planeamento?</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A sua informação (do processo TIC) encontra-se no formato exigido? ● Quem foi seleccionado(a) para apresentar os pedidos em nome da comunidade? 	<p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
Comentários e detalhes	

Principais temas	Respostas
<p>2.2.2. Há oportunidades para influenciar o processo de planeamento de modo a que as preocupações da comunidade sejam ainda incorporadas nos planos?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
Comentários e detalhes	
<p>2.2.3. Há oportunidades para advogar pela criação de um enquadramento jurídico que exija a participação dos cidadãos nos processos de planeamento do governo?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
Comentários e detalhes	

Orientação sobre as medidas a tomar imediatamente quando o plano e o orçamento do governo estiverem prontos

3. Rever os planos e o orçamento aprovados para ver se reflectem as prioridades da comunidade

- Com o auxílio dos líderes da comunidade, pedir aos responsáveis que façam uma apresentação à comunidade sobre os planos e os orçamentos que foram aprovados. Isto será uma informação importante a usar para monitorizar a implementação dos projectos utilizando as outras ferramentas de responsabilização social, p. ex. o acompanhamento das despesas públicas, as fichas de pontuação da comunidade ou as auditorias sociais.
- Se os planos não reflectirem as prioridades da comunidade, determinar porquê e discutir ideias para como financiar as prioridades da comunidade usando outras fontes de financiamento, ou esperar pelo próximo ciclo de planeamento.
- Chegar a acordo sobre qual será o vosso contributo, enquanto comunidade, para assegurar o êxito dos planos.
- Perguntar aos responsáveis que desafios prevêem e chegar a acordo sobre como os efeitos desses desafios poderão ser mitigados.
- Chegar a acordo sobre a frequência das reuniões de actualização que terão lugar entre as comunidades e os responsáveis.

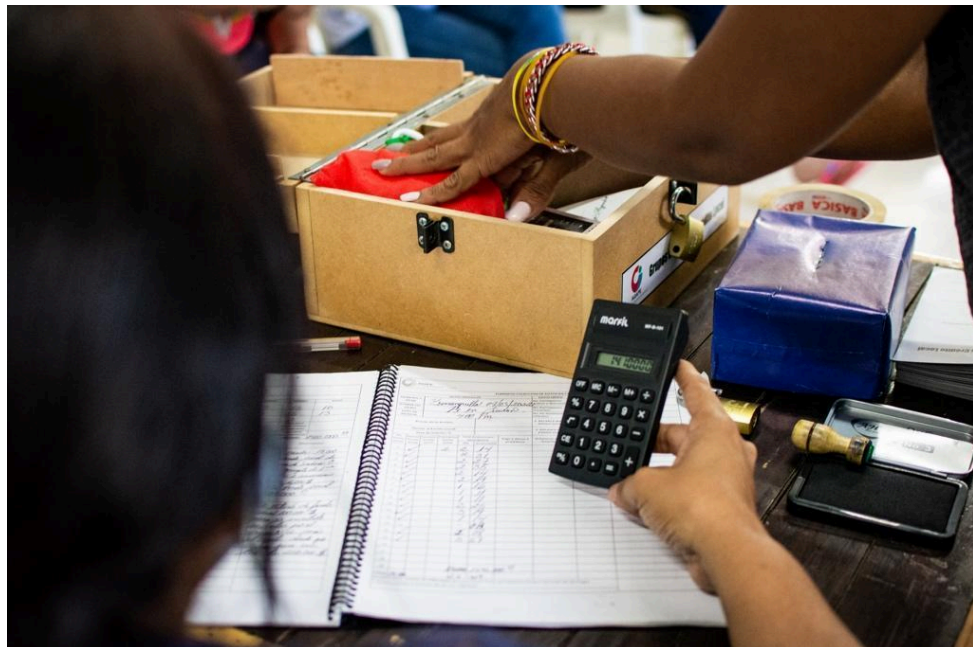
Comentários e detalhes

Para descarregar um modelo funcional que poderá adaptar ao seu contexto, visite learn.tearfund.org/sa-tools





Ferramenta de acompanhamento de orçamentos



📷 Grupo de auto-ajuda (grupo de poupança) em Las Flores apoiado pela Tearfund através do nosso parceiro local AGAPE. Foto: Linda Esperanza Aragón/Tearfund

Nesta secção

[Acerca desta ferramenta](#) • [Usar e adaptar a ferramenta](#) • [Mais orientação](#) • [Modelo exemplificativo](#) • [Modelo editável](#)

Acerca desta ferramenta

Esta ferramenta é usada para a monitorização pelos cidadãos, as comunidades e outras partes interessadas, de como o governo emprega o dinheiro, examinando e analisando periodicamente o orçamento.

O acompanhamento do orçamento envolve:

1. Examinar as atribuições de fundos e ver se foram ou não atribuídos aos sectores correctos.
2. Analisar o orçamento, vendo o que foi atribuído no início do ano fiscal e fazendo o seguimento dos fundos que foram desbloqueados e gastos. Responder à pergunta: «Isto conduz ao resultado de desenvolvimento pretendido?»

Finalidade da ferramenta

Monitorizar a atribuição do dinheiro para assegurar que os fundos são correctamente distribuídos, são libertados a tempo e estão a ser empregues em conformidade com o plano (o orçamento).

Esta ferramenta pode ser usada a todos os níveis de governo em que é elaborado um orçamento ou são efectuadas despesas.

Pontos fortes e limitações da ferramenta

Pontos fortes

- A ferramenta apoia a implementação eficiente dos orçamentos elaborados: o orçamento reflecte «as escolhas que o governo faz para pôr em prática a sua agenda socioeconómica. Por isso, o grau de eficiência com que o orçamento é implementado é uma indicação de até que ponto a política se traduz em resultados.»¹⁹
- Pode levar a uma melhor prestação de serviços, visto que os orçamentos são usados conforme necessário, em vez de serem sujeitos a atrasos ou redireccionados.
- Tem potencial para reduzir e expôr a corrupção, o crime e a aplicação indevida dos recursos, porque os cidadãos vêem quando os fundos não chegam ao destino pretendido.

¹⁹ Kohli (2012) citando Aiyar e Behar (2005)

Limitações

- As pessoas mais afectadas pelas decisões podem não ter a oportunidade de participar no processo: as escolhas de onde os recursos serão aplicados podem ser influenciadas por opiniões ou necessidades pessoais. Poderá também haver intervenção de motivos políticos. As pessoas com mais probabilidade de serem afectadas poderão não ter poder político ou económico, o que as deixa incapazes de participar no processo de elaboração do orçamento.²⁰
- Não há garantia de que os recursos previstos no orçamento sejam obtidos e estejam disponíveis para financiar os diversos programas.
- A ferramenta é mais difícil de usar num sistema de governo centralizado.²¹

²⁰ Kohli (2012)

²¹ É mais fácil de usar num sistema de governo descentralizado em que os poderes político, financeiro e administrativo tenham sido transferidos do governo central para o governo local (do distrito ou da cidade), para este poder facilitar e garantir melhores serviços públicos para as pessoas. [Cifor](#)

Usar e adaptar a ferramenta

Em que fase do processo TIC pode esta ferramenta ser usada?

São usados processos TIC diferentes em contextos diferentes. Esta ferramenta é ideal para usar na fase em que foi feito o mapeamento de recursos. As comunidades, juntamente com a igreja, fizeram a sua avaliação das necessidades, identificaram os problemas e as oportunidades nas suas comunidades, definiram prioridades para os problemas em que desejam centrar-se e começaram a mobilizar recursos para tratar desses problemas. É nesta fase que a ferramenta pode ser usada, visto que a comunidade terá bem claros quais os problemas para os quais será útil o acompanhamento do orçamento do governo.

São dados a seguir exemplos de algumas abordagens TIC e sugestões das fases em que a ferramenta poderá ser usada.

Abordagem TIC	Processo de Mobilização de Igrejas e Comunidades	Umoja/Parivartan/Unidos	Sangsangai
Quando pode ser introduzida a ferramenta de acompanhamento de orçamentos	4.ª fase: Análise de informações	3.ª fase: Descrever desejos e tomar medidas (planear a acção) 4.ª fase: Tomar medidas	3.º ciclo: A comunidade

A igreja e a comunidade podem receber formação para o acompanhamento de orçamentos de interesse, utilizando o modelo apresentado no fim do guia desta ferramenta.

Utilização da ferramenta

Exercício de elaboração de orçamento: Esta actividade de grupo, a ser dirigida pelo(a) facilitador(a), ajuda a demonstrar a elaboração de orçamentos.



A principal lição é que as «famílias» representam governos diferentes. Uma têm mais recursos do que outras, mas todas elas fazem planos e os orçamentos que criam representam as suas prioridades.

Todas as famílias fazem planos e orçamentos. Algumas fazem planos baseados na fé porque nunca sabem ao certo quanto dinheiro irão ter. Como facilitador(a):

- Invente alguns nomes de família e atribua-lhes ocupações comuns na sua comunidade ou no seu país.
- Certifique-se de que tem uma família de altos rendimentos, uma família da classe média e uma família que ganha um salário ao dia (sem emprego estabelecido).
- Usando a moeda local, indique quanto ganha cada uma das famílias por mês e quantos filhos tem cada família.
- Dê um nome a cada uma das famílias e distribua os participantes pelos grupos.

- Peça a cada grupo familiar que elabore um orçamento para o mês.
- Cada família apresenta depois o seu orçamento ao grupo global, explicando as razões para as suas escolhas e as suas decisões.
- Oriente a conversa para ajudar os participantes a pensar no tipo de coisas incluídas no orçamento.
- Discuta as diferenças de prioridades entre as famílias, se existentes.
- Discuta o que acontecerá se o dinheiro não for gasto de acordo com o orçamento elaborado por cada família. Por exemplo, imagine que o Sr. Koffi gasta 700 em bebidas alcoólicas. Qual seria o impacto na família durante esse mês? Ou se a família Mwale contribuísse com 5000 para um casamento na família?



Veja um exemplo a seguir:

Nomes das famílias e respectivas ocupações	Número de filhos	Total de rendimentos	Activos
1. Os Mwale Médica e director executivo de uma empresa	4	80.000	3 veículos São proprietários da sua casa
2. Os Smith Professora e caixa de um banco	3	20.000	1 veículo Casa alugada
3. Os Koffi Empregada doméstica e operário empregado ao dia	4	700 e montantes variáveis, dependendo de quanto ganha em cada dia.	1 bicicleta Casa alugada
4. Sr. Keita (homem solteiro) Mecânico	0	5000	Aluga um quarto

Condução de um processo de acompanhamento de orçamento²²

São a seguir apresentadas as etapas mais importantes para realizar o processo de acompanhamento do orçamento usando o modelo da ferramenta de acompanhamento de orçamento que se segue.

- 1. Formar uma equipa de acompanhamento do orçamento:** Se possível, a equipa deve ser eleita pela comunidade. As equipas variam no tamanho, mas têm geralmente entre nove e catorze membros. Devem incluir mulheres e homens e pessoas de idades, grupos étnicos e estatutos diferentes na comunidade.
- 2. Fazer uma investigação de base:** Tente descobrir que leis e políticas relacionadas com a transparência orçamental existem no seu país. Por exemplo, poderão existir leis que digam que as pessoas são livres de aceder a informação relacionada com orçamentos.
- 3. Estabelecer relações:** É muito importante tentar estabelecer relações com pessoas no departamento governamental ou autoridade local relevante, assim como com os líderes da comunidade.

²² [Monitorizar os gastos governamentais](#), adaptado do Kit de ferramentas Revelar.

- 4. Chegar a acordo quanto à questão a monitorizar** com base nas prioridades definidas durante a identificação de problemas e definição de prioridades do processo TIC.
 - a. Recolher a informação orçamental de que necessita:**
Tente obter os planos e a informação do orçamento da autoridade local de que necessita. Quando receber todos os documentos, leia-os com atenção. Não se preocupe se tiver dúvidas sobre coisas que não entende – pode fazer perguntas às pessoas do gabinete ou da autoridade que lhe deu o orçamento.
 - b. Ver o que está realmente a acontecer:** O orçamento está a ser gasto conforme devido?
 - c. Analisar toda a informação:** Tudo faz sentido?
 - d. Comunicar à comunidade a informação obtida** e decidir o que fazer a seguir. Recolha toda a informação e faça uma reunião com a comunidade para assegurar que todas as pessoas têm oportunidade de ouvir os resultados e participar em qualquer acção de seguimento.



Impacto da ferramenta Estudo de caso

Leia *online*

[Advocacy na Bolívia](#)

Através de formação para a Transformação de Igrejas e Comunidades (TIC), uma igreja local boliviana ajudou a sua comunidade a trabalhar com o governo local para melhorar o abastecimento de água à comunidade. Com o apoio da igreja local, a comunidade participou no processo de elaboração do orçamento e monitorizou o uso dos fundos atribuídos até a infra-estrutura de abastecimento de água estar construída. Isto assegurou o melhoramento do abastecimento de água às famílias e da infra-estrutura de gestão de resíduos.

Como o acompanhamento do orçamento ajudou à transformação da comunidade

Em Tipa Tipa, uma comunidade rural da Bolívia, o acesso à água era limitado e estava a afectar seriamente os meios de subsistência e a vida doméstica das pessoas. Apesar de a comunidade ter tido a espantosa iniciativa de escavar um sistema de irrigação para as suas culturas, as casas continuavam sem água durante horas ou dias.

Depois de fazer uma formação TIC, a igreja local de Tipa Tipa decidiu ajudar a sua comunidade a obter melhor acesso à água. Sabia também que estas questões de água e saneamento eram da responsabilidade do governo. A igreja viu a sua oportunidade de assegurar o acesso de Tipa Tipa à água quando o governo boliviano aprovou uma nova lei que permitia aos cidadãos participarem na atribuição do orçamento. A igreja local de Tipa Tipa pressionou o governo local para que proporcionasse um abastecimento de água apropriado à sua comunidade, atribuindo um orçamento à construção de um novo depósito de água e de uma rede de canalização da água para todas as casas.

Depois de muitas reuniões, o governo local e a comunidade concordaram em que o governo forneceria um orçamento para este projecto e a comunidade daria o seu tempo e mão-de-obra para a construção dos novos sistemas de água. Além disto, a igreja de Tipa Tipa exerceu também a sua influência no plano anual de operações da municipalidade e conseguiu a construção de um sistema de esgotos em Tipa Tipa. As famílias puderam depois ligar os seus sanitários e chuveiros ao sistema e a comunidade pôde construir casas de banho quando antes tinha apenas latrinas.

Mais orientação

Ao planear ajudar uma igreja e uma comunidade específicas a usar esta ferramenta, necessitará de fazer algum trabalho de preparação para obter uma compreensão básica dos ciclos de elaboração de orçamentos locais e nacionais do país, de modo a reforçar os seus conhecimentos sobre o assunto. Necessitará depois de investigar junto da comunidade para obter uma compreensão mais detalhada dos processos de elaboração de orçamentos na área local.²³

Questões importantes que precisarão de resposta:

1. Quando são os orçamentos aprovados no país a nível local e nacional?
2. Que tipo de governo existe? Um governo centralizado ou descentralizado?
3. Que recursos são enviados para o nível local?
4. De que formas é possível aceder à informação orçamental?
5. Quais são as datas mais importantes para atribuições de orçamento, desembolsos e elaboração de relatórios?

²³ Se bem que esta ferramenta possa ser usada por si só, os seus resultados podem ser reforçados quando é usada a seguir à [Ferramenta de planeamento participativo](#)

Links para mais documentos e ferramentas para acompanhamento de orçamentos



- a. [Monitorizar os gastos governamentais \(acompanhamento de orçamentos\)](#)
- b. [Budget tracking for beginners: An introductory guide](#)
- c. [Manual on Social Accountability: Concepts and Tools](#). As páginas 52 a 80 explicam o acompanhamento de orçamentos em profundidade.
- d. [Just and Democratic Local Governance: Budgets](#)
- e. [Kenya County Budget Training Workshop Materials for Facilitators and Participants](#)

Glossário de termos

Ano fiscal: Um período de doze meses (nem sempre de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro) para o qual um governo ou uma empresa elabora planos para gerir o seu dinheiro.

Descentralização: A transferência do controlo de uma actividade ou organização para diversos gabinetes ou autoridades locais em vez de uma única entidade.

Desenvolvimento gerido pela comunidade: Um processo em que membros da comunidade se juntam para, colectivamente, tomar medidas e gerar soluções para problemas comuns.

Governo: Os gabinetes, departamentos e grupos de pessoas que controlam um país, um Estado, uma cidade ou outra unidade política.

Governo centralizado: Um governo em que o poder executivo e o poder legislativo estão ambos concentrados centralmente ao mais alto nível e não repartidos nas administrações locais.

Orçamento: Uma estimativa de rendimentos e despesas para um determinado período de tempo.

Plano: Um conjunto de decisões sobre como fazer alguma coisa no futuro.

Política pública: Entende-se por política pública um plano de acção, autorizado por um governo, destinado a atingir determinados objectivos. Isto pode assumir muitas formas. Pode, por exemplo, ser uma lei, uma estratégia ou um programa. Até mesmo um discurso proferido por um presidente ou um ministro pode definir um plano de acção de um governo.

Modelo exemplificativo

Modelo da ferramenta de acompanhamento de orçamentos²⁴

País
Nome da comunidade/aldeia
Nome administrativo da área abrangida
Projecto/serviço público seleccionado para acompanhamento do orçamento
Período de acompanhamento do orçamento

²⁴ Adaptado da *Constituency Development Fund (CDF) Budget Tracking Tool* da organização Evangelical Fellowship of Zambia (2015).

Monitorizar o processo e a implementação de um projecto específico²⁵

Nome do projecto			
Monitorização do processo			
	Sim (Explicar)	Não (Explicar)	Não é claro (Explicar)
1. A comunidade tem conhecimento deste projecto?			
	Sim (Explicar)	Não (Explicar)	Não é claro (Explicar)
2. A comunidade tem conhecimento do montante dos fundos atribuídos ao projecto?			
3. A comunidade participou na identificação do projecto? Por exemplo, foi apresentado algum pedido pelos membros da comunidade quando estavam a ser elaborados os planos para o projecto?			

²⁵ Usar as mesmas metodologias usadas durante o processo TIC para recolher, analisar e disseminar a informação para as partes interessadas relevantes.

4. A comunidade participou na implementação do projecto? Por exemplo, a comunidade contribuiu com materiais ou tempo?			
	Sim (Explicar)	Não (Explicar)	Não é claro (Explicar)
5. A comunidade identificou os fornecedores de bens ou serviços para o projecto?			
6. A autoridade local publicou anúncios para adjudicar o fornecimento de bens e serviços?			

Monitorizar a implementação do projecto

7. Qual o valor total que foi atribuído ao projecto? (Aceder à informação da autoridade local)			
	Sim (Explicar)	Não (Explicar)	Não é claro (Explicar)
8. Os materiais adquiridos pela autoridade local são os mesmos que constavam da proposta?			
9. Quanto devia o fornecedor receber (segundo a autoridade local)?			

10. Quanto é que o fornecedor diz ter recebido?			
	Sim (Explicar)	Não (Explicar)	Não é claro (Explicar)
11. O projecto está terminado? (Visitar o projecto)			
12. Os membros da comunidade acham que o projecto foi benéfico? (Pergunta para a comunidade)			
13. Os membros da comunidade acham que o projecto foi de boa qualidade? (Pergunta para a comunidade)			

Perguntas a fazer/informação a obter da autoridade local

(As perguntas aqui apresentadas são para orientação, devem ser adaptadas ao contexto)

	Sim (Explicar)	Não (Explicar)	Não é claro (Explicar)
14. A comunidade participou na identificação do projecto? Por exemplo, os membros da comunidade participaram nas reuniões de planeamento?			
15. A comunidade participou na implementação do projecto? Por exemplo, a comunidade contribuiu com materiais ou tempo?			

	Sim (Explicar)	Não (Explicar)	Não é claro (Explicar)
16. Como foram escolhidos os fornecedores de bens e serviços? Foram identificados pela comunidade? Foram seleccionados por concurso público?			
17. Qual o valor total que foi atribuído ao projecto?			
18. Os materiais adquiridos pela autoridade local são os mesmos que constavam da proposta? Se não são, porquê?			

	Sim (Explicar)	Não (Explicar)	Não é claro (Explicar)
19. Quanto deve o fornecedor receber?			
20. Há um relatório de auditoria do projecto?			
21. Houve algumas dificuldades com o projecto?			

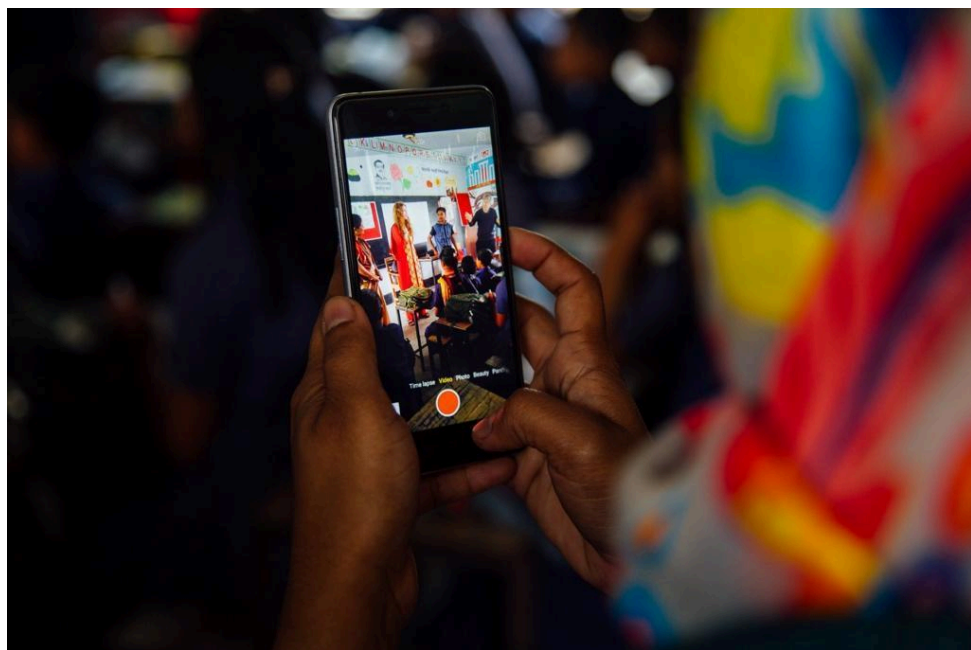
Informação a recolher durante a visita ao local (inspecção física do projecto)			
	Sim (Explicar)	Não (Explicar)	Não é claro (Explicar)
22. Os materiais adquiridos pela autoridade local são os mesmos que constavam do plano/orçamento/lista de quantidades do projecto?			
23. A qualidade dos materiais é suficiente?			
	Sim (Explicar)	Não (Explicar)	Não é claro (Explicar)
24. Quanto é que o fornecedor diz ter recebido?			
25. O projecto está terminado?			
26. Houve algumas dificuldades com o projecto?			

Para descarregar um modelo funcional que poderá adaptar ao seu contexto, visite learn.tearfund.org/sa-tools





Ferramenta de jornalismo-cidadão



📷 Membro da comunidade grava um vídeo da visita de voluntários a uma escola no Bangladesh. Foto: Aaron Koch/Tearfund

Nesta secção

[Acerca desta ferramenta](#) • [Usar e adaptar a ferramenta](#) • [Mais orientação](#) • [Modelo exemplificativo](#) • [Modelo editável](#)

Acerca desta ferramenta

O jornalismo-cidadão é o que é feito por cidadãos comuns, sem experiência jornalística, ao criarem histórias destinadas a um público por eles seleccionado, utilizando um telemóvel com câmara fotográfica e gravador de som, e partilharem depois essas histórias com a sua comunidade ou com o mundo através das redes sociais e dos meios de comunicação tradicionais.

As histórias criadas por jornalistas-cidadãos representam frequentemente comunidades e questões negligenciadas pelos meios de comunicação tradicionais. O jornalismo-cidadão:

- pode ser feito por qualquer cidadão
- trata de histórias não abordadas pelos principais meios noticiosos
- dá aos cidadãos a oportunidade de serem pessoas activas, com voz própria
- dá aos cidadãos a oportunidade de recolher, analisar, relatar e distribuir informação a um público

Finalidade da ferramenta

Proporcionar uma representação essencial de grupos marginalizados em áreas esquecidas pelos meios de comunicação²⁶ e reforçar a coesão social e cultural da comunidade local.

Esta ferramenta pode ser usada em todos os níveis de governo em que existe um lado de procura (os cidadãos) e um lado de oferta (o governo).



²⁶ Comunicando com aldeias ou áreas distantes e dispersas, onde grande parte da população é pobre. O público alvo pode não ter acesso à educação ou aos meios de comunicação. Kumar (2021)

Pontos fortes e limitações da ferramenta

Pontos fortes

- **Promove a liberdade de expressão e os interesses dos cidadãos:** As histórias criadas por jornalistas-cidadãos refletem o que se está a passar nas comunidades locais. O jornalismo-cidadão funciona como «um canal de notícias alternativo para relatar informação politicamente sensível e facilitar o desenvolvimento de uma esfera pública digital, permitindo, portanto, que os cidadãos façam ouvir as suas vozes.»²⁷
- **Torna-se uma ponte entre os cidadãos e os decisores políticos:** Depois de adquirirem uma formação adequada, os jornalistas-cidadãos podem passar a ser fontes de informação fiáveis para as suas comunidades, colmatando esta lacuna.
- **Verificação de factos:** Esta ferramenta pode desempenhar um papel importante na identificação e verificação de informação em situações caóticas.
- As ferramentas usadas pelos jornalistas-cidadãos são menos dispendiosas, são eficientes e fáceis de usar.

²⁷ Xin (2010)

Limitações

- **As pessoas mais afectadas podem nunca vir a ter as suas histórias ouvidas:** Nalguns casos, os jornalistas-cidadãos têm públicos reduzidos.
- Políticos, jornalistas, cidadãos e académicos podem aceitar apenas aquilo em que acreditam ou que sentem ser verdade com base numa reacção emocional ou num interesse. Isto é por si só um desafio ético para actividades jornalísticas quando se trata de produzir notícias na era da pós-verdade.²⁸
- Pode não apoiar a auto-regulamentação ou manter as normas éticas: Isto pode levar também à disseminação de informação falsa.
- **Pode levar a ameaças contra a pessoa:** Poderá haver riscos para a segurança física (agressão, rapto, encarceramento, ou execução extrajudicial) ou digital (assédio através da internet, vigilância, uma falta de comunicação segura) do(a) jornalista-cidadã(o).²⁹

²⁸ White A. (2017) [Ethics in the News: EJN Report on Challenges for Journalism in the Post-truth Era](#).

²⁹ As ameaças digitais podem vir de outros cidadãos ou do Estado: [Digital safety](#)

Usar e adaptar a ferramenta

Em que fase do processo TIC pode esta ferramenta ser usada?

São usados processos TIC diferentes em contextos diferentes. Esta ferramenta é ideal para utilização na altura em que as comunidades, juntamente com a igreja, já realizaram a sua avaliação das necessidades, identificaram os problemas e as oportunidades existentes nas suas comunidades e começaram a mobilizar recursos para tratar desses problemas. Se alguns dos problemas identificados e priorizados se relacionarem com a prestação de serviços pelo governo, esta ferramenta poderá ser usada para recolher informação sobre a dimensão do problema, criar consciência do problema na comunidade e até mesmo procurar obter respostas dos responsáveis sobre o que estão a fazer para o solucionar.

São dados a seguir exemplos de algumas abordagens TIC e sugestões das fases em que a ferramenta poderá ser usada.

Abordagem TIC	Processo de Mobilização de Igrejas e Comunidades	Umoja/Parivartan/Unidos	Sangsangai
Quando pode ser introduzida a ferramenta de jornalismo-cidadão	<p>2.ª fase: Descrição da igreja e da comunidade</p> <p>3.ª fase: Recolha de informações</p> <p>4.ª fase: Análise de informações</p> <p>5.ª fase: Tomada de decisões</p>	<p>2.ª fase: Criar na comunidade uma visão do futuro</p> <p>3.ª fase: Descrever desejos e tomar medidas (planear a acção)</p> <p>4.ª fase: Tomar medidas</p>	<p>3.º ciclo: A comunidade</p>

A igreja e a comunidade podem receber formação para o jornalismo-cidadão, utilizando a ferramenta conforme a seguir descrito.

Utilização da ferramenta

Pode ver um modelo para jornalismo-cidadão no fim do guia desta ferramenta.

Para descarregar um modelo funcional que poderá adaptar ao seu contexto, visite learn.tearfund.org/sa-tools



Etapas chave para fazer jornalismo-cidadão:³⁰

- 1. Seleccionar a questão de interesse com base no mapeamento feito pela comunidade durante o processo TIC.** Isto garantirá que a história tem o apoio da comunidade e dará alguma protecção ao(à) jornalista-cidadã(o) (ver a segurança física e digital na secção sobre «limitações» acima).
- 2. Investigar e ter claro quais são os seus direitos como jornalista-cidadã(o):** Algumas das perguntas a fazer quando pensar em usar esta ferramenta serão:
 - a.** Há alguma lei sobre o direito à informação?
 - b.** Há algumas outras leis que apoiem a recolha da informação de que precisamos no formato que queremos, como seja a filmagem de vídeo?

³⁰ Adaptado de Mare et.al (2018)

- 3.** Seja um(a) jornalista-cidadã(o) responsável, trabalhando com directrizes éticas:
 - a.** Seja exacto(a).
 - b.** Evite o plágio.
 - c.** Respeite o direito das pessoas à privacidade.
 - d.** Compreenda as sensibilidades contextuais de uma comunidade ou das pessoas envolvidas.
 - e.** Peça as autorizações necessárias (p. ex. para filmar ou gravar áudio, tirar fotografias, usar nomes ou outra informação identificadora).
- 4.** Prepare a sua história:
 - a.** O que está a acontecer ou já aconteceu?
 - b.** Quem, onde e quando?
 - c.** Por que razão acontece ou aconteceu?
 - d.** Como está isso a afectar as pessoas e por que razão é isso importante?
 - e.** O que precisa de acontecer agora?
 - f.** Quem pode ajudar a resolver o problema e essas pessoas estão cientes do problema?
- 5.** Pense nos canais de disseminação e use a criatividade (veja as ideias no modelo)



Impacto da ferramenta

Estudo de caso

A Alliance for Community Action (ACA), na Zâmbia,³¹ tem como objectivo ver uma «Zâmbia em que todos os seus cidadãos beneficiem total e equitativamente de todos os seus recursos». A ACA espera alcançar este objectivo incitando os cidadãos a pedir, regular e sistematicamente, contas ao Estado sobre a gestão dos recursos públicos. Uma abordagem que usa para conseguir isto consiste na formação de jovens como jornalistas-cidadãos, capazes de chamar os responsáveis a prestar contas pela forma como os recursos públicos são geridos. Os jornalistas-cidadãos produzem conteúdos usando telemóveis, conteúdos que estão prontos para difusão e distribuição sem necessidade de serem editados num computador ou num estúdio. As histórias vão para o ar em estações de rádio locais que trabalham em parceria com a ACA e são também publicadas nas plataformas de redes sociais da ACA.



O *link* seguinte dá acesso a um exemplo de uma reportagem feita por uma jovem jornalista-cidadã que recebeu formação da ACA no âmbito do seu projecto Speak Up Youth.

[Veja online](#)

³¹ [Alliance for Community Action](#)

Mais orientação

Ao planejar ajudar uma igreja e uma comunidade específicas a usar esta ferramenta, necessitará de fazer algum trabalho de preparação para obter uma compreensão básica do contexto local de governança sociopolítica e determinar se esse contexto permite a utilização da ferramenta.

Faça alguma investigação básica do cenário dos meios de comunicação social na comunidade:

- Há alguma lei sobre o direito à informação? Há algumas outras leis que apoiem a recolha da informação?
- Há uma estação de rádio comunitária?
- A estação de rádio comunitária está disposta a trabalhar em parceria com os jornalistas-cidadãos, transmitindo as suas reportagens?
- Ela está disposta a fazer algumas das sessões de formação para ensinar os jornalistas-cidadãos?
- É bom ter um misto de jornalistas-cidadãos, de modo a que haja pessoas capazes de ler e escrever nas línguas locais assim como na língua oficial do país.

Links para mais documentos e ferramentas sobre jornalismo-cidadão



- a. [Participation guide: Citizen Journalist](#)
- b. [Service-Learning Guide for Citizen Journalists](#)
- c. [Citizen journalism](#)
- d. [Citizen Journalism Guidelines](#)
- e. [Media Literacy: Citizen Journalists](#)
- f. [Advocacy and social accountability toolbox](#)
- g. [Local media survival guide](#)
- h. [Citizen journalism: practices, propaganda, pedagogy](#)
- i. [Jornalistas-cidadãs zambianas](#)

Glossário de termos

Cidadã(o): Uma pessoa que é membro de um determinado país, que tem um dever de lealdade para com esse país e que tem direito à protecção do Estado por ter nascido lá ou por lhe terem sido concedidos direitos.

Desenvolvimento gerido pela comunidade: Um processo em que membros da comunidade se juntam para, colectivamente, tomar medidas e gerar soluções para problemas comuns.

Governo: Os gabinetes, departamentos e grupos de pessoas que controlam um país, um Estado, uma cidade ou outra unidade política.

Jornalismo: O trabalho de recolher, escrever e publicar notícias e artigos para publicação em canais de comunicação social.

Meios de comunicação social tradicionais: Canais de comunicação social que tiveram origem antes da internet, incluindo os jornais, a rádio e a televisão.

Orçamento: Uma estimativa de rendimentos e despesas para um determinado período de tempo.

Plagiarismo: A prática de usar o trabalho ou as ideias de outra pessoa apresentando-os como se fossem seus.

Plano: Um conjunto de decisões sobre como fazer alguma coisa no futuro.

Política pública: Entende-se por política pública um plano de acção, autorizado por um governo, destinado a atingir determinados objectivos. Isto pode assumir muitas formas. Pode, por exemplo, ser uma lei, uma estratégia ou um programa. Até mesmo um discurso proferido por um presidente ou um ministro pode definir um plano de acção de um governo.

Redes sociais: Tecnologias interactivas que facilitam a criação e partilha de informação, ideias, interesses e outras formas de expressão através de comunidades e redes virtuais.

Modelo exemplificativo

Modelo de notícia de jornalistas-cidadãos

País	Data
Nome administrativo da área abrangida	
Nome da comunidade/aldeia	
Assunto tratado	
Reportagem feita por	
Foram obtidas as autorizações necessárias?	
<input type="checkbox"/> Sim	
<input type="checkbox"/> Não	

Preparação da notícia

Principais perguntas	O que é que eu já sei?	Quem poderá ajudar a responder às perguntas que ainda tenho? (Fontes de informação)	Respostas	Que medidas tomou para verificar a informação?
1. O que está a acontecer ou já aconteceu?				
2. Quem, onde e quando?				
3. Por que razão acontece ou aconteceu?				
4. Como está isso a afectar as pessoas e por que razão é isso importante?				

5. O que precisa de acontecer agora?				
6. Quem pode ajudar a resolver o problema e essas pessoas estão cientes do problema?				

Qual é a melhor forma de partilhar a informação recolhida?						
1. Como será apresentado o conteúdo?	Vídeo	Áudio	Fotografia	Artigo	Banda desenhada	Outro meio
2. Como será partilhado o conteúdo?	Internet (ex: redes sociais)	Rádio	Televisão	Imprensa		Outro meio

Para descarregar um modelo funcional que poderá adaptar ao seu contexto, visite learn.tearfund.org/sa-tools





Ferramenta de fichas de pontuação da comunidade



📷 Jean Bosco Sindayihebura, membro da Diocese de Matana, regista informação sobre o estado de saúde e nutrição dos aldeões em Songa. Foto: Tom Price/Tearfund

Nesta secção

[Acerca desta ferramenta](#) • [Usar e adaptar a ferramenta](#) • [Mais orientação](#) • [Modelo exemplificativo](#) • [Modelo editável](#)

Acerca desta ferramenta³²

A ficha de pontuação da comunidade é uma ferramenta de responsabilização liderada pelos cidadãos que facilita a monitorização e a avaliação do desempenho de serviços, projectos e até unidades administrativas do governo (ex. repartições distritais) pela própria comunidade local.

Finalidade da ferramenta

Promover a transparência, a eficiência e a qualidade da prestação de serviços públicos às comunidades. A ferramenta procura conseguir isto facilitando:

1. o seguimento da disponibilidade de serviços
2. a monitorização da qualidade de serviços ou projectos
3. a comparação do desempenho de instalações ou distritos
4. a geração de um mecanismo directo de feedback entre os prestadores de serviços e os utilizadores
5. o desenvolvimento da capacidade local
6. o fortalecimento das vozes dos cidadãos e o empoderamento da comunidade

Esta ferramenta foi concebida para utilização a nível local, especialmente na monitorização de instalações específicas, p.

³² Adaptado do [Social Accountability Manual](#) da Evangelical Fellowship of Zimbabwe.

ex. clínicas, escolas ou empresas de serviços de utilidade pública.

Pontos fortes e limitações da ferramenta

Pontos fortes

- **Fomenta uma compreensão partilhada** através do diálogo directo entre os cidadãos e os prestadores de serviços.
- **Aumenta a responsabilidade conjunta** entre os prestadores de serviços e os cidadãos, porque os cidadãos estão mais empenhados num processo participativo para a prestação de serviços de qualidade e eficientes.
- **Permite a gestão ágil** de projectos públicos.
- **É relativamente fácil de usar** e flexível na aplicação.

Limitações

- Os funcionários governamentais locais **podem não ser receptivos** à participação dos cidadãos e podem sentir-se ameaçados pelo feedback dos cidadãos.
- Os funcionários governamentais locais **podem ter pouca capacidade** para implementar o feedback dos cidadãos.
- **Exige uma facilitação excelente** entre os cidadãos e o governo local, para assegurar que todas as partes interessadas estão activamente empenhadas e que eventuais conflitos são resolvidos amigavelmente.
- **Pode criar expectativas irrealisticamente elevadas.**

Usar e adaptar a ferramenta

Em que fase do processo TIC pode esta ferramenta ser usada?

São usados processos TIC diferentes em contextos diferentes. Esta ferramenta é ideal para utilização na altura em que as comunidades, juntamente com a igreja, estão a fazer a sua avaliação das necessidades, a identificar os problemas e as oportunidades existentes nas suas comunidades e a mobilizar recursos para resolver esses problemas. A comunidade já está a viver uma mudança na sua mentalidade e reconhece que tem capacidade para agir. Tem também um mapa dos seus recursos e já identificou áreas de necessidade.

Se alguns dos problemas identificados e priorizados se relacionarem com a prestação de serviços pelo governo, esta ferramenta poderá ser usada para recolher informação sobre a dimensão do problema e pode ser apresentada durante reuniões com a instituição ou a instalação governamental relevante. A comunidade tem acesso aos serviços públicos e está em boa posição para partilhar as suas percepções da qualidade da prestação dos serviços e dar feedback sobre como podem ser feitos melhoramentos e alterações com os recursos disponíveis, a nível local e nacional.

São dados a seguir exemplos de algumas abordagens TIC e sugestões das fases em que a ferramenta poderá ser usada.

Abordagem TIC	Processo de Mobilização de Igrejas e Comunidades	Umoja/Parivartan/Unidos	Sangsangai
Quando pode ser introduzida a ferramenta de fichas de pontuação da comunidade	<p>3.ª fase: Recolha de informações</p> <p>4.ª fase: Análise de informações</p> <p>5.ª fase: Tomada de decisões</p>	<p>3.ª fase: Descrever desejos e tomar medidas (planear a acção)</p> <p>4.ª fase: Tomar medidas</p>	<p>3.º ciclo: A comunidade</p>

Utilização da ferramenta³³

Há [modelos exemplificativos](#) da ferramenta no fim desta secção.

Para descarregar um modelo funcional que poderá adaptar ao seu contexto, visite learn.tearfund.org/sa-tools



Há seis etapas principais na implementação da ficha de pontuação da comunidade:

³³ Adaptado de The Community Score Card (CARE Malawi, 2013)

1.ª etapa: Planeamento e preparação

Esta etapa usa informação do processo TIC. Os problemas foram identificados e priorizados e foram identificadas as questões que necessitam do envolvimento do governo.

Ajude a comunidade a identificar as questões/os problemas específicos que têm com o(s) serviço(s) em causa. Por exemplo, se a questão identificada durante o processo TIC é «a má qualidade dos serviços de saúde prestados pela clínica local», a comunidade tem de ser ajudada a ser mais precisa e explicar o que constitui «má qualidade dos serviços de saúde». Use um exercício/uma actividade para clarificar esta percepção e utilize as razões dadas pela comunidade. (Esta informação estará imediatamente disponível se a comunidade tiver feito um bom mapeamento da comunidade, uma boa recolha de informações e uma boa análise durante o processo TIC.)

Percepção da comunidade relativamente à qualidade dos serviços de saúde prestados pela clínica local³⁴

Muito satisfeitos	Satisfeitos	Neutros/ não têm a certeza	Insatisfeitos	Muito insatisfeitos
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Razão para a resposta:				

Use a informação dada para gerar indicadores e criar a ficha de pontuação.

³⁴ Adaptado do manual [Social Accountability Manual](#) da Evangelical Fellowship of Zimbabwe.

2.ª etapa: Utilização da ficha de pontuação com a comunidade

A ficha de pontuação é dada aos membros da comunidade. Dependendo do assunto que esteja a ser tratado, é aconselhável fazer isto em grupos focais, p. ex. apenas mulheres, homens ou jovens, dado que as suas experiências do mesmo serviço podem ser diferentes. Por isso, a recolha de dados deve ser planeada. É apresentado a seguir um exemplo de uma ficha de pontuação. Pode encontrar um modelo que poderá adaptar a cada situação e contexto específicos em learn.tearfund.org/sa-tools.

Questão	Prioridade	Razões
A clínica local nunca tem medicamentos	Alta	Dão-nos sempre receitas em vez de medicamentos, por isso deixámos de ir ao centro de saúde quando estamos doentes

Indicador	Pontuação				
	Muito mau = 1	Mau = 2	Razoável = 3	Bom = 4	Muito bom = 5
Disponibilidade de medicamentos na clínica local					
Razões					

3.ª etapa: Utilização da ficha de pontuação com os prestadores de serviços

Para fomentar a colaboração, o prestador de serviço tem de ter a oportunidade de «contar a sua versão da história». Por isso, tem de ter também a oportunidade de criar uma ficha de pontuação com os problemas apresentados do seu ponto de vista. «Que serviços oferecemos? Quais são os principais desafios? O que pode ser feito para melhorar a situação?»

É a seguir apresentado um exemplo de uma ficha de pontuação com indicadores criados para prestadores de serviços de saúde.

Questão	Prioridade	Razões
A clínica local nunca tem medicamentos	Alta	<ul style="list-style-type: none">• Os membros da comunidade recusam-se a pagar a taxa de utilização.• Os membros da comunidade esperam até estarem gravemente doentes, mas a clínica tem apenas «medicamentos para tratamento de primeira linha».• A população da comunidade cresceu, mas os fundos atribuídos pelo Ministério da Saúde para medicamentos continuam os mesmos.

Indicador	Pontuação				
	Muito mau = 1	Mau = 2	Razoável = 3	Bom = 4	Muito bom = 5
Pagamento da taxa de utilização					
Acesso precoce ao serviço de saúde					
Atribuição de medicamentos pelo Ministério da Saúde					
Razões					

4.ª etapa: Consolidação dos resultados

Trabalhe com as pessoas que recolheram os dados/os representantes da comunidade para consolidar os dados, fazer a análise e preparar um relatório que apresente os resultados. A fim de promover a confiança e a colaboração, e dependendo do contexto, poderá ser útil partilhar as principais conclusões com os prestadores de serviços antes da realização da reunião, para que eles não se sintam «encurralados».

	Grupo focal	Média de pontuação da aldeia 1	Média de pontuação da aldeia 2	Média de pontuação da aldeia 3	Média de pontuação consolidada por grupo focal	Razão
Indicador 1	Jovens					
	Mulheres					
	Homens					
Pontuações consolidadas por aldeia						

5.ª etapa: Reunião de interface e planeamento de medidas

- Após a consolidação dos resultados, é organizada e dinamizada uma reunião entre os prestadores de serviços e a comunidade por um(a) facilitador(a) neutro(a) e de confiança.
- A reunião tem em vista proporcionar uma plataforma para a partilha e discussão das fichas de pontuação e das razões para as pontuações atribuídas.
- Certifique-se de que os principais decisores estarão presentes, para permitir que o feedback e o compromisso de tomar medidas concretas sejam imediatos.
- Facilite a criação de um plano de acção conjunto entre a comunidade e os prestadores de serviços, incluindo uma lista das alterações que podem ser feitas imediatamente, a médio e a longo prazo, com os eventuais planos. Isto é importante para gerir as expectativas da comunidade.

6.ª etapa: Implementação do plano de acção e respectiva monitorização e avaliação

Durante a reunião, deve ficar bem claro quem será responsável por que medidas e quando essas medidas serão implementadas.

É importante que isto não seja tratado como um processo distinto do outro trabalho em curso no âmbito da sua abordagem TIC, pelo que os mecanismos de monitorização usados para outros aspectos da sua abordagem serão também aplicáveis aqui.



Impacto da ferramenta

Estudo de caso

Leia *online*

[Promotores comunitários](#)

Líderes da igreja e promotores comunitários trabalharam conjuntamente no Zimbábue para tratar questões de abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos na sua comunidade, com funcionários do governo local, em reuniões de feedback da comunidade e consultas de orçamentos. Após serem sensibilizados para as necessidades de crianças portadoras de deficiência na sua comunidade, os membros da comunidade e funcionários do governo local colaboraram para melhorar os serviços públicos para essas crianças.



📹 **Promotores comunitários recebem formação da Evangelical Fellowship of Zimbabwe.**
Foto: The Evangelical Fellowship of Zimbabwe

Em várias comunidades do Zimbabwe, as pessoas não tinham acesso a água limpa. As torneiras da água tinham deixado de funcionar e muitas pessoas não tinham dinheiro para comprar água. Tinham de caminhar até um rio que ficava longe para ir buscar água, que, muitas vezes, trazia doenças.

Os promotores comunitários locais ajudaram os membros da comunidade a compreender os seus direitos e responsabilidades. Fizeram também a monitorização das despesas públicas e usaram outras ferramentas de responsabilização social, como fichas de pontuação e jornalismo-cidadão, para recolher informação sobre os problemas e preocupações locais. Os líderes da igreja desempenharam também um papel fundamental, encorajando

as suas congregações nas comunidades a participar nestes processos de responsabilização social.

Uma vez recolhida informação suficiente através de fichas de pontuação da comunidade, os promotores comunitários e os líderes da igreja reuniram-se com funcionários do governo local para falar das questões de abastecimento de água e saneamento às comunidades. Os funcionários governamentais mostraram-se muito abertos a que os promotores comunitários e os líderes da igreja participassem em consultas do orçamento e monitorizassem os seus progressos na resolução dos problemas da comunidade.

Em poucos meses, as comunidades tiveram a alegria de ver água limpa a correr novamente das suas torneiras.

Mais orientação

Ao planear ajudar uma igreja e uma comunidade específicas a usar esta ferramenta, necessitará de fazer algum trabalho de preparação para obter uma compreensão básica do contexto local de governança sociopolítica e assegurar que a comunidade identificou claramente a questão de prestação de serviços que gostaria de resolver. Faça alguma investigação de base para saber quem tem a responsabilidade de prestar o serviço identificado e qual é o nível mínimo de serviço que deve ser esperado.

Dedique algum tempo a reflectir sobre o tipo de advocacia e as medidas que necessitarão de ser tomadas para monitorizar os compromissos assumidos para melhorar o serviço prestado. São a seguir apresentados recursos que poderá consultar para ficar a saber mais sobre a ferramenta.

Links para mais documentos e ferramentas sobre fichas de pontuação da comunidade



- a. [Participatory Budgeting, Community Score Card, Citizen Report Card Toolkit, IEA, 2015, p42](#)
- b. [Community scorecard implementation Steps](#)
- c. [Social Accountability Topic Guide](#)
- d. [Advocacy and social accountability toolbox](#)
- e. [Manual on Social Accountability for Civil Society Organizations and Municipalities in Palestine](#)

Glossário de termos

Desenvolvimento gerido pela comunidade: Um processo em que membros da comunidade se juntam para, colectivamente, tomar medidas e gerar soluções para problemas comuns.

Governo: Os gabinetes, departamentos e grupos de pessoas que controlam um país, um Estado, uma cidade ou outra unidade política.

Orçamento: Uma estimativa de rendimentos e despesas para um determinado período de tempo.

Plano: Um conjunto de decisões sobre como fazer alguma coisa no futuro.

Política pública: Entende-se por política pública um plano de acção, autorizado por um governo, destinado a atingir determinados objectivos. Isto pode assumir muitas formas. Pode, por exemplo, ser uma lei, uma estratégia ou um programa. Até mesmo um discurso proferido por um presidente ou um ministro pode definir um plano de acção de um governo.

Modelo exemplificativo

1. Modelo de ficha de pontuação da comunidade

País	Data
Nome administrativo da área abrangida	
Nome da comunidade/aldeia	
Grupo focal (p. ex. mulheres/homens/rapazes/raparigas)	

Questões identificadas	Nível de prioridade (baixa/média/alta)	Razões

Pontuação

Indicador	Muito mau = 1	Mau = 2	Razoável = 3	Bom = 4	Muito bom = 5	Razões

2. Modelo de matriz para consolidar as pontuações

País	Data
Nome administrativo da área abrangida	
Nome da comunidade/aldeia	

	Grupo focal	Média de pontuação	Média de pontuação	Média de pontuação	Média de pontuação consolidada por grupo focal	Razão
Indicador 1	Jovens					
	Mulheres					
	Homens					
Média de pontuação consolidada por grupo focal						

	Grupo focal	Média de pontuação	Média de pontuação	Média de pontuação	Média de pontuação consolidada por grupo focal	Razão
Indicador 2	Jovens					
	Mulheres					
	Homens					
Média de pontuação consolidada por grupo focal						

Para descarregar um modelo funcional que poderá adaptar ao seu contexto, visite learn.tearfund.org/sa-tools





Ferramenta de sondagens de acompanhamento de despesas públicas



📷 Participantes e respectivos filhos, a sofrer de subnutrição, participam num projecto de segurança alimentar e nutrição na aldeia de Mutaho, no Burundi. Foto: Tom Price/Tearfund

Nesta secção

[Acerca desta ferramenta](#) • [Usar e adaptar a ferramenta](#)
[Mais orientação](#) • [Modelo exemplificativo](#) • [Modelo editável](#)

Acerca desta ferramenta

Este é um método pelo qual os cidadãos acompanham o fluxo de recursos públicos (p. ex. finanças, materiais, maquinaria, recursos humanos) desde os mais altos níveis de governo, passando pelas estruturas administrativas de diversos níveis e até aos prestadores de serviços públicos de primeira linha.

Finalidade da ferramenta

Permite aos cidadãos avaliar o valor dos fundos atribuídos para a implementação de actividades por prestadores de serviços de primeira linha. Para determinar quanto foi gasto, quanto está a ser gasto, e os resultados que foram alcançados com os fundos que já foram gastos.

Esta ferramenta pode ser usada em todos os níveis de governo em que é feita a atribuição e utilização de fundos.

Pontos fortes e limitações da ferramenta

Pontos fortes

- É boa para se manter a par daquilo que preocupa os cidadãos.
- É capaz de centrar a responsabilização em questões locais, bem como em questões mais sistémicas.
- Combate a corrupção e a falta de eficiência na prestação de serviços.

Limitações

- Pode haver problemas se os dados não existirem, não estiverem acessíveis, ou estiverem num formato não utilizável, intencionalmente ou não.



Usar e adaptar a ferramenta

Em que fase do processo TIC pode esta ferramenta ser usada?

São usados processos TIC diferentes em contextos diferentes. Esta ferramenta é ideal para utilização na fase em que já foi feito o mapeamento de recursos: as comunidades, juntamente com a igreja, fizeram a sua avaliação das necessidades, identificaram os problemas e as oportunidades nas suas comunidades, definiram prioridades para os problemas em que desejam centrar-se e começaram a mobilizar recursos para tratar desses problemas. Se o governo já identificou e deu prioridade ao problema, esta ferramenta pode ser usada para assegurar que esse problema é tratado da melhor forma possível com os recursos disponíveis. Esta ferramenta ajudará a comunidade a acompanhar como esses fundos estão a ser usados.

São dados a seguir exemplos de algumas abordagens TIC e sugestões das fases em que a ferramenta poderá ser usada.

Abordagem TIC	Processo de Mobilização de Igrejas e Comunidades	Umoja/Parivartan/Unidos	Sangsangai
Quando pode ser introduzida a ferramenta de acompanhamento de despesas públicas	<p>4.ª fase: Análise de informações</p> <p>5.ª fase: Tomada de decisões</p>	<p>3.ª fase: Descrever desejos e tomar medidas (planear a acção)</p> <p>4.ª fase: Tomar medidas</p>	<p>3.º ciclo: A comunidade</p>

Utilização da ferramenta

Realizar uma sondagem de acompanhamento de despesas públicas (SADP)

Pode ver mais adiante um exemplo de como esta ferramenta tem sido usada (modelo 1). A igreja e a comunidade podem realizar uma sondagem de acompanhamento de despesas públicas usando a ferramenta em branco (modelo 2).

Para descarregar um modelo funcional que poderá adaptar ao seu contexto, visite learn.tearfund.org/sa-tools



São a seguir apresentadas as etapas mais importantes que devem ser seguidas no processo de acompanhamento de despesas públicas usando este modelo da ferramenta.

- 1.** Formar uma equipa de acompanhamento de despesas públicas: Se possível, a equipa deve ser eleita pela comunidade. As equipas variam no tamanho, mas têm geralmente entre nove e catorze membros. Devem incluir mulheres e homens e pessoas de idades, grupos étnicos e estatutos diferentes na comunidade.
- 2.** Fazer uma investigação de base: Tente descobrir que leis e políticas relacionadas com a transparência das despesas existem no seu país. Por exemplo, poderão existir leis que digam que as pessoas são livres de aceder a informação

relacionada com despesas públicas.

3. Estabelecer relações: É muito importante tentar estabelecer relações com pessoas no departamento governamental ou autoridade local relevante, assim como com os líderes da comunidade.
4. Chegar a acordo quanto à questão/projecto a monitorizar com base nas prioridades definidas durante a identificação de problemas e definição de prioridades do processo TIC.
5. Recolher as informações de que necessita: Tente obter os planos, orçamentos e a informação de despesas da autoridade local de que necessita. Quando receber todos os documentos, leia-os com atenção. Não se preocupe se tiver dúvidas sobre coisas que não compreende – pode pedir esclarecimentos às pessoas do gabinete ou autoridade que forneceu o orçamento.
6. Ver o que está realmente a acontecer: Os fundos para o projecto estão a ser usados devidamente?
7. Analisar a informação: Tudo faz sentido quando olha para os valores atribuídos, os valores gastos e os progressos feitos?
8. Comunicar a informação obtida à comunidade e aos responsáveis pelo orçamento e respectiva utilização e decidir o que fazer a seguir. Recolha toda a sua informação, analise-a, organize-a num relatório e faça uma reunião com a comunidade, para assegurar que todas as pessoas têm oportunidade de ouvir as suas conclusões e participar em qualquer acção de seguimento.



Impacto da ferramenta

Estudo de caso

Leia *online*

[Advocacy em Uganda: Construção de relacionamentos com o governo local](#)

Através de formação na Transformação de Igrejas e Comunidades no Uganda, uma igreja local ajudou a sua aldeia a trabalhar com um governo local hesitante para oferecer serviços de saúde de que muito precisavam. Com o apoio da igreja local, a aldeia e os funcionários do governo local colaboraram para reforçar a responsabilização do governo nacional e local através do acompanhamento das despesas públicas. Juntos, asseguraram que os fundos atribuídos aos serviços de saúde comunitários chegassem eficientemente à comunidade.

Mais orientação

Ao planejar ajudar uma igreja e uma comunidade específicas a usar esta ferramenta, necessitará de fazer algum trabalho de preparação para obter uma compreensão básica do ciclo de despesas locais e nacionais do país, de modo a reforçar os seus conhecimentos sobre o assunto.

Faça depois um exercício semelhante com a comunidade e, juntos, obtenham uma compreensão mais detalhada do quadro de despesas a nível local.

Questões importantes que precisarão de resposta:

1. Quando são os orçamentos aprovados no país a nível local e nacional?
2. Que tipo de governo existe? Um governo centralizado ou descentralizado?
3. Que recursos são enviados para o nível local, quando, e com que frequência?
4. Que vias estão disponíveis para aceder a informação sobre despesas?
5. Quais são as datas mais importantes para o desbloqueio de fundos, a utilização do dinheiro e a elaboração de relatórios?

Link para outro documento sobre o acompanhamento de despesas públicas



[Guia detalhado para sondagens de acompanhamento de despesas públicas](#)

Glossário de termos

Ano fiscal: Um período de doze meses (nem sempre de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro) para o qual um governo ou uma empresa elabora planos para gerir o seu dinheiro.

Auditoria: Uma inspecção oficial das contas de uma organização, normalmente feita por um organismo independente.

Ciclo de despesas: O conjunto de actividades relacionadas com a aquisição e pagamento de bens e serviços. Estas actividades incluem a determinação do que necessita de ser adquirido, actividades de compra, a recepção dos bens e os pagamentos aos fornecedores.

Cidadã(o): Uma pessoa que é membro de um determinado país, que tem um dever de lealdade para com esse país e que tem direito à protecção do Estado por ter nascido lá ou por lhe terem sido concedidos direitos.

Centralizar: Criar um sistema em que um grupo central de pessoas dá instruções a grupos regionais.

Corrupção: Comportamento desonesto ou fraudulento por parte de pessoas no poder, que envolve tipicamente suborno.

Desembolso: O pagamento de dinheiro de um fundo.

Desenvolvimento gerido pela comunidade: Um processo em que membros da comunidade se juntam para, colectivamente, tomar medidas e gerar soluções para problemas comuns.

Funcionalismo público: O serviço responsável pela administração do governo de um país. Exclui o poder legislativo, o poder judicial e o poder militar. Os funcionários públicos não têm uma filiação política oficial e não são geralmente afectados pelas mudanças de governo.

Governo: Os gabinetes, departamentos e grupos de pessoas que controlam um país, um Estado, uma cidade ou outra unidade política.

Orçamento: Uma estimativa de rendimentos e despesas para um determinado período de tempo.

Plano: Um conjunto de decisões sobre como fazer alguma coisa no futuro.

Política pública: Entende-se por política pública um plano de acção, autorizado por um governo, destinado a atingir determinados objectivos. Isto pode assumir muitas formas. Pode, por exemplo, ser uma lei, uma estratégia ou um programa. Até mesmo um discurso proferido por um presidente ou um ministro pode definir um plano de acção de um governo.

Serviço público: Uma empresa que fornece um bem essencial, como gás ou electricidade, ou um serviço, como transporte público, ao público em geral, em troca de pagamento ou não.

1. Ferramenta de sondagens de acompanhamento de despesas públicas (SADP) - exemplo³⁵

Dados de quem utiliza			
Nome/grupo	<i>Mustafa G.</i>		
Género	Masculino:	<input checked="" type="checkbox"/>	Feminino: <input type="checkbox"/>
Idade/anos de funcionamento			
Organização/categoria	<i>Comité de gestão do projecto</i>		
Sub-região de residência	<i>Sub-região de Kufikia South</i>		
Distrito:	<i>Kushiriki</i>		

Sector em análise	
Saúde	
Área em análise	Nome
Sub-região	<i>Sub-região de Kufikia South</i>
Distrito	<i>Kushiriki</i>
Aldeia	<i>Mafanikio</i>
Data da sondagem	
<i>12 de Dezembro de 2018</i>	

³⁵ Adaptado de GAF public expenditure tracking survey tool: County Toolkit.

Implementação do projecto - ano fiscal 2017/2018

Detalhes do projecto e tipo de implementação
<i>Construção de novo centro de saúde em Mafanikio</i>
Valor aprovado no orçamento
<i>3.000.000</i>
Valor atribuído
<i>5.217.419</i>
Valor usado
<i>? não foi possível determinar</i>
Diferença/variação
<i>?</i>
Progressos da implementação
<i>Ainda não concluído</i>
Feedback da comunidade
<i>A construção foi feita até à fase do telhado, mas depois os empreiteiros deixaram de vir trabalhar e o edifício continua por concluir há vários meses.</i>

Perguntas de sondagem qualitativa - exemplo

N.º	Descrição	Sim	Não	Explicação detalhada
1	Os membros da comunidade foram envolvidos na selecção deste projecto?	✓		<i>Sim, a comunidade queria este projecto já há muito tempo.</i>
2	Os membros da comunidade estão satisfeitos com a localização do projecto?	✓		<i>Sim, o local escolhido é conveniente.</i>
3	Viram os planos deste projecto?		✓	<i>Os planos não foram disponibilizados ao comité de gestão do projecto.</i>
4	Nome da empresa a que foi concedido o contrato/que ganhou o concurso			<i>M/S Koi-Mag General Constructors Ltd</i>
5	O comité de desenvolvimento do distrito foi envolvido durante o concurso/a concessão do contrato?		✓	
6	Notaram algo que vos fizesse duvidar da integridade do empreiteiro?	✓		<i>O empreiteiro deixou de vir ao estaleiro e o projecto parou.</i>
7	Se houve queixas relacionadas com o projecto, essas queixas foram comunicadas a alguém?	✓		<i>Sim, a ausência do empreiteiro foi comunicada à autoridade local de Mafanikio, mas até agora nada foi feito.</i>

8	O projecto está a cumprir os prazos estabelecidos no calendário previsto?		✓	<i>A data de conclusão estava planeada para 13 de Junho de 2018. Estamos agora em Dezembro de 2018 e o projecto está ainda apenas concluído em 60%.</i>
9	Se não está concluído, sabem porquê?		✓	<i>Não, o empreiteiro deixou de vir ao estaleiro e não foi dada qualquer explicação do porquê da construção ter parado.</i>
10	Classifique a implementação do projecto usando a seguinte escala (assinale uma escolha) e justifique porquê.	Excelente:		
		Boa:		
		Má: ✓		<i>A obra parou na fase de construção do telhado.</i>

2. Ferramenta de sondagens de acompanhamento de despesas públicas (SADP) – modelo³⁶

Dados de quem utiliza			
Nome/grupo			
Género	Masculino:		Feminino:
Idade/anos de funcionamento			
Organização/categoria			
Sub-região de residência			
Distrito de residência			

Sector em análise	
Área em análise	Nome
Sub-região	
Distrito	
Aldeia	
Data da sondagem	

³⁶ Adaptado de GAF public expenditure tracking survey tool: County toolkit.

Implementação do projecto - ano fiscal

Detalhes do projecto e tipo de implementação
Valor aprovado no orçamento
Valor atribuído
Valor usado
Diferença/variação
Progressos da implementação
Feedback da comunidade

Perguntas de sondagem qualitativa

N.º	Descrição	Sim	Não	Explicação detalhada
1	Os membros da comunidade foram envolvidos na selecção deste projecto?			
2	Os membros da comunidade estão satisfeitos com a localização do projecto?			
3	Viram os planos deste projecto?			
4	Nome da empresa a que foi concedido o contrato/que ganhou o concurso			
5	O comité de desenvolvimento do distrito foi envolvido durante o concurso/a concessão do contrato?			
6	Notaram algo que vos fizesse duvidar da integridade do empreiteiro?			
7	Se houve queixas relacionadas com o projecto, essas queixas foram comunicadas a alguém?			

8	O projecto está a cumprir os prazos estabelecidos no calendário previsto?			
9	Se não está concluído, sabem porquê?			
10	Classifique a implementação do projecto usando a seguinte escala (assinale uma escolha) e justifique porquê.	Excelente:		
		Boa:		
		Má:		
11	Se for seguro fazê-lo, tire uma fotografia do projecto e insira-a aqui para comprovar os progressos da implementação.			

Para descarregar um modelo funcional que poderá adaptar ao seu contexto, visite learn.tearfund.org/sa-tools





Ferramenta de auditoria social



📷 Um workshop de construção da paz no Quênia em que a maioria dos participantes é constituída por construtores da paz do Sudão do Sul. Foto: Diane Igirimbabazi/Tearfund

Nesta secção

[Acerca desta ferramenta](#) • [Usar e adaptar a ferramenta](#) • [Mais orientação](#) • [Modelo exemplificativo](#) • [Modelo editável](#)

Acerca desta ferramenta

Esta ferramenta não deve ser confundida com auditorias financeiras ou operacionais. Tem também um âmbito mais largo que os boletins do cidadão ou fichas de pontuação da comunidade. As auditorias sociais recolhem provas de várias partes interessadas para dar um feedback exacto sobre todas as fases de implementação da política governamental, incluindo a gestão financeira, o acesso à informação e a participação.

Finalidade da ferramenta

Dar um feedback exacto aos prestadores de serviços e à comunidade sobre o nível de resultados conseguidos e áreas de melhoramento na prestação dos serviços. Esta ferramenta apoia a prevenção da corrupção:

- expondo-a potencialmente
- informando o público de possíveis impactos de políticas públicas
- ajudando os cidadãos a expressar necessidades e a fazer exigências ao seu governo
- avaliando a coerência entre as promessas de políticas ou programas e os respectivos resultados

Esta ferramenta pode ser usada a todos os níveis de governo. Pode visar desde um projecto local específico, até um departamento governamental ou um programa nacional com múltiplos projectos.

Pontos fortes e limitações da ferramenta

Pontos fortes

- Apoia a consciencialização dos cidadãos relativamente ao conteúdo e impacto das políticas, programas e projectos do governo.
- Torna mais claros a relevância e o impacto das políticas e programas do governo.
- Aumenta a transparência e a eficiência do governo na execução dos programas e na implementação das políticas.

Limitações

- Exige que todas as partes interessadas estejam dispostas a envolver-se em todas as fases do processo.
- É mais eficaz quando existe protecção jurídica do direito à informação.

Usar e adaptar a ferramenta

Em que fase do processo TIC pode esta ferramenta ser usada?

São usados processos TIC diferentes em contextos diferentes. Esta ferramenta é ideal para utilização na fase em que já foi feito o mapeamento de recursos: as comunidades, juntamente com a igreja, fizeram a sua avaliação das necessidades, identificaram os problemas e as oportunidades nas suas comunidades, definiram prioridades para os problemas em que desejam centrar-se e começaram a mobilizar recursos para tratar desses problemas. Se o governo já está a implementar um projecto para tratar de uma questão identificada e priorizada pela comunidade, esta ferramenta pode ser usada para assegurar que esse problema é tratado da melhor forma possível de modo a conseguir os resultados desejados. Esta ferramenta ajudará a comunidade a determinar se as actividades, projectos ou programas estão a produzir resultados positivos.

São dados a seguir exemplos de algumas abordagens TIC e sugestões das fases em que a ferramenta poderá ser usada.

Abordagem TIC	Processo de Mobilização de Igrejas e Comunidades	Umoja/Parivartan/Unidos	Sangsangai
<p>Quando pode ser introduzida a ferramenta de auditoria social</p>	<p>4.ª fase: Análise de informações</p> <p>5.ª fase: Tomada de decisões</p>	<p>3.ª fase: Descrever desejos e tomar medidas (planear a acção)</p> <p>4.ª fase: Tomar medidas</p> <p>5.ª fase: Avaliação</p>	<p>3.º ciclo: A comunidade</p>

Utilização da ferramenta

A igreja e a comunidade podem receber formação para facilitar auditorias sociais utilizando ferramentas práticas como o modelo de auditoria social. Pode ver um exemplo no fim do guia desta ferramenta.

Para descarregar um modelo funcional que poderá adaptar ao seu contexto, visite learn.tearfund.org/sa-tools



Principais etapas do processo de auditoria social:

Etapa 1: Identificação do problema

A primeira etapa consiste em identificar os problemas específicos que as pessoas enfrentam na sua interacção com o serviço público ou a autoridade, conforme destacado e priorizado durante a análise dos problemas no processo TIC.

Etapa 2: Identificação da informação relevante

Isto é muito mais fácil se o país tiver uma lei do direito à informação ou uma cultura de abertura relativamente à recolha de dados, que é essencial para uma orçamentação participativa e uma responsabilização eficazes. Ao procurar a informação, é necessário ter em mente as regras e procedimentos pelos quais os funcionários públicos devem reger-se, assim como os factos

e dados relevantes para os problemas específicos que necessitam de ser resolvidos.

- Aceda a orçamentos, planos e políticas: As auditorias sociais são um instrumento para comparar a forma como um programa do governo ou um serviço está a funcionar no terreno com a forma como deveria estar a funcionar de acordo com os objectivos, os orçamentos, a documentação, as políticas e os relatórios do governo ou projecto.
- Compare as despesas reais com o orçamento.
- Avalie a implementação e a qualidade dos serviços/programas fornecidos pelo governo.

Etapa 3: Aquisição da informação

- Descubra se estão a ser geradas as categorias de informação correctas, por quem e onde é possível aceder a essas informações.
- Elabore uma lista de perguntas para guiar a monitorização pelos cidadãos. Para recolher a informação correcta, os participantes têm de elaborar uma lista de perguntas que lhes dêem as respostas que procuram relativamente ao programa/serviço que estão a auditar. Isto é apresentado na ferramenta de auditoria social, mais adiante.
- Dê formação aos participantes, residentes e/ou à comunidade sobre os métodos. A auditoria é realizada por grandes grupos de pessoas/residentes e é preciso dar-lhes formação. Os participantes recebem formação para os

ajudar a:

- a. Compreender a política do governo e os documentos do orçamento.
- b. Aprender a recolher e compreender a informação durante a auditoria.
- c. Interpretar a informação e formular perguntas.

Etapa 4: Aceder à informação

A etapa seguinte consiste em aceder à informação necessária ou identificada. Em vários países, a burocracia é extremamente fechada no tocante às funções e à informação dos serviços públicos.

1. Identifique e analise sistematicamente os documentos relevantes e certifique-se de que obtém cópias autenticadas dos documentos.
2. Inspeccione os documentos para ajudar a identificar as lacunas entre o que foi orçamentado e o que foi realmente gasto. Esta inspecção procurará responder às seguintes perguntas: «O dinheiro foi gasto nas coisas certas do orçamento?», «Este é o melhor produto que podemos obter por este preço?»
3. Para a inspecção, serão necessárias pessoas com competências técnicas e conhecimento das condições locais.

Etapa 5: Escrutinar a informação

- 1.** Recolha e simplifique a informação, colocando-a num formato acessível antes de os indivíduos e a comunidade acederem aos documentos. Alguns cidadãos poderão não ter os conhecimentos técnicos necessários para compreender o documento original. Nesta etapa, a informação complicada obtida de registos do projecto deve ser resumida num formato simples.
 - Verifique a informação com os membros da comunidade, que são fontes de conhecimentos importantes.
 - Os investigadores de campo têm de ter antecipadamente um conhecimento aprofundado da questão em causa, dos problemas envolvidos e da manipulação envolvida em casos de corrupção.

Etapa 6: Auditoria da informação

Esta etapa envolve facilitar uma auditoria da informação para resolver situações danosas.

Uma vez adquiridas provas da ocorrência de corrupção, são feitas tentativas para resolver o problema e dar solução às queixas das pessoas. Duas opções possíveis são:

- 1.** Abordar os mecanismos institucionais existentes para a resolução de queixas, com cópias dos documentos relevantes.

2. Os cidadãos podem contactar os fóruns disponibilizados pela legislação para que facilitem este tipo de auditoria.

Etapa 7: Audiência pública

Esta é a etapa mais importante da auditoria social, porque é quando o escrutínio colectivo tem realmente lugar. É o ponto culminante do processo de auditoria social.

- A audiência pública necessita de um(a) facilitador(a) neutro(a) para liderar a discussão.
- O objectivo não é envergonhar publicamente as pessoas, mas sim promover a qualidade da prestação do serviço.
- Os participantes ou a equipa da auditoria social apresentam as suas conclusões às autoridades locais e à comunidade em geral. Estas audiências públicas permitem à comunidade falar das suas experiências do programa/serviço que está a ser auditado.
- As autoridades locais têm oportunidade de ouvir as conclusões da comunidade para determinar onde existem oportunidades para melhoramento.
- São criados planos de acção com prazos para remediar os problemas identificados.





Impacto da ferramenta

Estudo de caso

Estava em construção um centro local de desenvolvimento e educação pré-escolar ao abrigo do programa *Agile and Harmonised Assistance for Devolved Institutions (AHADI)*, da USAID, num distrito. A comunidade queria ter a certeza de que este recurso precioso iria responder às suas necessidades e expectativas de melhorar o acesso a educação de qualidade num ambiente seguro. Por isso, a comunidade fez uma auditoria social.

Após um escrutínio rigoroso dos documentos do plano, os membros da comunidade foram de opinião unânime de que havia uma discrepância preocupante entre os trabalhos e o plano de construção. Os cidadãos comunicaram as suas preocupações ao Director Distrital de Desenvolvimento e Educação Pré-Escolar e ao Deputado da Assembleia Distrital. Os dirigentes distritais, por sua vez, chamaram o empreiteiro a uma reunião pública para que explicasse a discrepância.

O empreiteiro aceitou responsabilidade, demoliu as obras mal feitas e reconstruiu o centro educativo, respeitando o projecto aprovado e a lista de quantidades do contrato. A construção foi concluída sob a supervisão atenta dos engenheiros de obras públicas do governo distrital e do conselho de gestão da escola.³⁷

³⁷ Kit de ferramentas locais

Mais orientação

Antes de começar a usar a ferramenta de auditoria social com a comunidade:

- Certifique-se de que compreende bem a abordagem TIC usada na comunidade onde vai utilizar esta ferramenta.
- Faça alguma investigação preliminar, respondendo às seguintes perguntas:
 1. Há alguma lei em vigor sobre o direito à informação?
 2. As instituições governamentais estão dispostas a partilhar informação? Se não estão, algo terá de ser feito para resolver isto, porque será difícil fazer auditorias sociais sem os principais documentos relativos ao projecto seleccionado para auditoria.

Links para mais documentos e ferramentas sobre auditorias sociais



- a. [Social Accountability Topic Guide](#)
- b. [Advocacy and social accountability toolbox](#)
- c. [Social Audit: A Toolkit A Guide for Performance Improvement and Outcome Measurement](#)
- d. [Manual on Social Accountability for Civil Society Organizations and Municipalities in Palestine](#)
- e. [Manual on Social Accountability: Concepts & Tools](#)

Glossário de termos

Ano fiscal: Um período de doze meses (nem sempre de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro) para o qual um governo ou uma empresa elabora planos para gerir o seu dinheiro.

Auditoria: Uma inspecção oficial das contas de uma organização, normalmente feita por um organismo independente.

Corrupção: Comportamento desonesto ou fraudulento por parte de pessoas no poder, que envolve tipicamente suborno.

Desenvolvimento gerido pela comunidade: Um processo em que membros da comunidade se juntam para, colectivamente, tomar medidas e gerar soluções para problemas comuns.

Governo: Os gabinetes, departamentos e grupos de pessoas que controlam um país, um Estado, uma cidade ou outra unidade política.

Orçamento: Uma estimativa de rendimentos e despesas para um determinado período de tempo.

Plano: Um conjunto de decisões sobre como fazer alguma coisa no futuro.

Política pública: Entende-se por política pública um plano de acção, autorizado por um governo, destinado a atingir determinados objectivos. Isto pode assumir muitas formas. Pode, por exemplo, ser uma lei, uma estratégia ou um programa. Até mesmo um discurso proferido por um presidente ou um ministro pode definir um plano de acção de um governo.

Modelo exemplificativo

Ferramenta de auditoria social³⁸

País	Data
Nome administrativo da área abrangida	
Nome do projecto	
Ano fiscal	Trimestre
Sector	

³⁸ Adaptado de Gikonyo (2008)

A. Auditoria social: Perguntas preliminares e relacionadas com a gestão

Pergunta	Fonte(s) de informação	Resposta/comentário
1. A comunidade participou no processo de selecção deste projecto?		
2. Que problemas/questões pretendia o projecto resolver? (Quais eram os objectivos sociais do projecto?) Ver o documento do projecto ou os documentos TIC para obter esta informação		
3. De acordo com a legislação, qual é o papel das autoridades locais na gestão deste projecto?		
4. Quais são os documentos comprovativos necessários para o desbloqueio de fundos para um projecto?		

<p>5. Qual é o papel das várias estruturas na gestão do projecto (interna e externa)?</p>		
<p>6. Que documentos importantes são guardados pelas autoridades locais na gestão do projecto?</p>		
<p>7. Que documentos importantes são guardados pelos gestores do projecto/empregados encarregados do projecto?</p>		
<p>8. Quais são os marcos fundamentais do projecto que o empregado tem de cumprir para ser pago? (Consultar o contrato se disponível)</p>		
<p>9. Que relatórios são elaborados pelas diversas instituições envolvidas na gestão do projecto?</p>		

B. Perguntas relacionadas com a adjudicação para a auditoria social do projecto

Pergunta	Fonte(s) de informação	Resposta/comentário
1. De acordo com as directrizes e a legislação, quais são as etapas importantes do ciclo de adjudicação?		
2. Qual é o sistema de adjudicação usado na gestão de projectos?		
3. Quais são os processos de adjudicação usados pelos projectos na sua circunscrição?		
4. Quais são os diferentes tipos de adjudicação?		
5. Quais são os documentos importantes, incluindo os documentos obrigatórios para a realização de um concurso, relevantes para o processo de adjudicação?		
6. Quais são alguns dos abusos comuns em processos de adjudicação?		

7. Faça recomendações sobre como o processo de adjudicação poderia ser reforçado para evitar os abusos referidos no ponto (6) acima		
---	--	--

C. Principais perguntas numa auditoria social

Pergunta	Fonte(s) de informação	Resposta/comentário
1. Por que razão foi seleccionado para auditoria social este projecto específico, da lista de problemas prioritizados no processo TIC? (Objectivo social)		
2. Compare as actividades com os objectivos: Quais são as principais actividades do projecto e podem essas actividades conduzir logicamente à realização do objectivo?		
3. Quais são as especificações técnicas do projecto de acordo com o contrato de adjudicação e as normas em vigor? Foram respeitadas?		

4. O dinheiro atribuído a um projecto específico chegou realmente ao projecto?		
5. A qualidade e quantidade dos materiais usados correspondem às especificações? Tenha em conta que «materiais» inclui aqui os recursos humanos. Se o projecto exigiu a contratação de pessoal, esse pessoal é qualificado para as funções desempenhadas?		
6. Todos os trabalhadores foram pagos conforme indicado?		
7. O projecto foi concluído dentro dos prazos previstos?		
8. Foi feita uma avaliação final e emitido um certificado, se aplicável?		
9. Quem são os gestores do projecto?		
10. Os gestores do projecto mantiveram registos adequados?		

11. Os fundos atribuídos ao projecto foram usados para os fins a que se destinavam?		
12. A comunidade foi suficientemente envolvida no projecto?		
13. Os gestores do projecto deram ao público a informação necessária para que a monitorização pudesse ser feita?		
14. Houve algum abuso de fundos no projecto?		

Para descarregar um modelo funcional que poderá adaptar ao seu contexto, visite learn.tearfund.org/sa-tools



Anexo: Principais fases de um ciclo genérico dos projectos de desenvolvimento de um governo

Esta tabela inclui ferramentas que se encontram neste guia, assim como outra informação e outras ferramentas que podem ser usadas durante o ciclo.

Principais fases de um ciclo genérico dos projectos de desenvolvimento de um governo
Monitorizar e influenciar o planeamento estratégico e a elaboração do orçamento
<ol style="list-style-type: none">1. Processo de planeamento participativo2. Elaboração participativa de orçamentos3. Acompanhamento de orçamentos4. Jornalismo-cidadão5. Fichas de pontuação da comunidade6. Memorando de Entendimento7. Direito à informação (favorece ferramentas de auditoria social porque aumenta a eficácia de outras ferramentas)8. Estatutos de serviços

Monitorizar a implementação de projectos e programas

1. [Acompanhamento de orçamentos](#)
2. [Jornalismo-cidadão](#)
3. Processo de tratamento de queixas
4. Memorando de Entendimento
5. [Sondagens de acompanhamento de despesas públicas](#)
6. [Auditoria social](#)
7. Direito à informação
8. Estatutos de serviços
9. Contratos sociais (usados em momentos específicos, p. ex. durante um período de campanha eleitoral)

Monitorizar os resultados de desenvolvimento

1. [Acompanhamento de orçamentos](#)
2. [Jornalismo-cidadão](#)
3. [Fichas de pontuação da comunidade](#)
4. Boletins dos cidadãos
5. Direito à informação

Referências

- Abunada, Mo'min (2015) [Manual on Social Accountability for Civil Society Organizations and Municipalities in Palestine](#)
- Tearfund (2008) [Prestação de contas – Passo a Passo 76](#)
- Berthin, G (2011) [A Practical Guide to Social Audit as a Participatory Tool to Strengthen Democratic Governance, Transparency and Accountability](#)
- CARE Malawi (2013) [The Community Score Card \(CSC\): A generic guide for implementing CARE's CSC process to improve quality of services](#)
- Chapa, DR et al (1997) [Inter-regional project for participatory upland conservation and development – Nepal – Participatory rural appraisal and planning in the Bhusunde Khola watershed from October 1995 to January 1996](#)
- CIVICUS (2015) [Participatory Governance Toolkit](#)
- Pekkonen, Anu (2009) [Monitoring & Evaluation of Public Services, Tool: Community Score Cards](#) (CIVICUS)
- Escher, Julia (2022) ['Community Score Cards – a powerful tool to improve public services'](#) (Civil Society Academy)
- Rietbergen-McCracken, Jennifer (2010) [Participatory Development Planning](#) (CIVICUS)

- David, Prince (2008) [Prestação de contas bíblica](#) – estudo bíblico em [Prestação de contas – Passo a passo 76](#) (Tearfund)
- Gikonyo, Wanjiru (2008) [The CDF Social Audit Guide: A Handbook for Communities](#) (Open Society Initiative of East Africa)
- Grandvoinnet, H., Aslam, G. and Raha, S. (2015). [Opening the black box: The contextual drivers of social accountability.](#) Washington, DC: Publicações do Banco Mundial.
- Institute of Development Studies (2002) ‘Report on the International Workshop on Participatory Planning Approaches for Local Governance’ under the LogoLink Program.
- Kohli, Divya Singh (2012) [Manual on Social Accountability: Concepts and Tools](#) (Centre for Budget and Governance Accountability)
- Kumar, Dinesh and Punam Gupta (2021) ‘Communicating in Media Dark Areas’ from [Effective Strategies for Communicating Insights in Business](#)
- Lawson, Melissa e Joanna Watson (2016) [Como realizar a defesa e promoção de direitos como parte da mobilização da igreja e da comunidade](#) (Tearfund)
- Mare, Admire et al (2018) [Citizen Journalism Guidelines on Electoral Reporting in Zimbabwe](#) (International Media Support)

- McDevitt, Andy (2011) [Social Accountability Topic Guide](#) (Transparency International)
- Oduor, Chrispine O (2014) [Handbook on County Planning, County Budgeting and Social Accountability](#) (Institute of Economic Affairs, Kenya)
- Kolybashkina, Nina e Mitra Motlagh (2012) [Social Accountability in a Changing Region: Actors and Mechanisms](#) (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: Gabinete Regional para os Estados Árabes)
- Tearfund (2016) [Monitorizar os gastos governamentais \(acompanhamento de orçamentos\)](#) – guia de boas práticas do [Kit de ferramentas Revelar: Corrupção e governança](#)
- Xin, Xin (2010) [The Impact Of "Citizen Journalism" On Chinese Media And Society](#) em Journalism Practice
- Yuliani, Elizabeth L (2004) [‘Decentralization, deconcentration and devolution: what do they mean?’](#) Cifor (Center for International Forestry Research)

“Em vez disso, corra a retidão como um rio, a justiça como um ribeiro perene!”

Amós 5:24

learn.tearfund.org

+44 (0)20 3906 3906 ✉ publications@tearfund.org

Sede: Tearfund, 100 Church Road, Teddington, TW11 8QE, Reino Unido.

Registada em Inglaterra com o n.º: 994339. Uma organização de responsabilidade limitada por garantia. Instituição de beneficência registada com o n.º265464 (Inglaterra e País de Gales) e n.º SC037624 (Escócia)

tearfund